



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010 - 2014

Curitiba
Dezembro de 2009

SUMÁRIO

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ	5
2. EQUIPES DO PROJETO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
3. PODER JUDICIÁRIO E A GESTÃO ESTRATÉGICA	9
4. METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	11
5. DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL.....	16
5.1. Oportunidades.....	16
5.2. Ameaças.....	17
5.3. Pontos Fortes.....	18
5.4. Pontos Fracos.....	19
6. MISSÃO, VISÃO E VALORES	21
7. MAPA ESTRATÉGICO.....	23
ANEXOS	25
Anexo 1. A Estratégia do Poder Judiciário	25
Anexo 2. Fichas dos Indicadores	57
Anexo 3. Fichas dos Projetos	78
Anexo 4. Matriz de Priorização de Projetos.....	107

Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGE)

Pç. Nossa Senhora da Salete, s/n.º, Palácio da Justiça, Edifício Anexo, 7.º andar
Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR
Fone (41) 3200-2966/2967

www.tjpr.jus.br
gestaoestrategica@tjpr.jus.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

O Poder Judiciário é um dos poderes do Estado brasileiro, composto por ministros, desembargadores e juízes, os quais tem a função de julgar, de acordo com as leis criadas pelo Poder Legislativo e de acordo com as regras constitucionais do país. O Judiciário brasileiro é o conjunto dos órgãos públicos aos quais a Constituição Federal brasileira, regulando-o em seus arts. 92 a 126, atribui a função jurisdicional.

Os órgãos responsáveis pelo funcionamento do Poder Judiciário são o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais, nos quais se encontram os juízes federais, os Tribunais do Trabalho nos quais se encontram os juízes do trabalho, os Tribunais Eleitorais onde estão os juízes eleitorais, os Tribunais Militares nos quais se encontram os juízes militares e os Tribunais dos Estados, juntamente com o Tribunal do Distrito Federal, nos quais se encontram os juízes estaduais.

Os Tribunais de Justiça, integrados por seus Desembargadores, tem a competência de, em segundo grau de jurisdição, revisar as decisões dos juízes de primeiro grau. Em primeiro grau, aos Juízes de Direito, compete o julgamento de ações em face de determinadas pessoas físicas ou jurídicas.

Os Juízes de Direito atuam nas varas cíveis, criminais, da fazenda pública, da família, da infância e juventude, de execuções penais, de inquéritos policiais, de execução de penas e medidas alternativas, de delitos de trânsito, de adolescentes infratores, de registros públicos, acidentes do trabalho e precatórias cíveis, de precatórias criminais, da corregedoria dos presídios, dos tribunais do júri, nos juizados especiais cíveis e criminais, nas turmas recursais e no conselho de supervisão dos Juizados Especiais.

Para poder desempenhar as suas funções com isenção, o Poder Judiciário dispõe de princípios e garantias previstas na Constituição Federal, tais como o ingresso na carreira de juiz por meio de concurso público, a publicidade dos atos judiciais, a vitaliciedade, a inamovibilidade, a irredutibilidade do subsídio, a proibição de exercício de outra função e a proibição de exercício de atividade político-partidária.

O Poder Judiciário do Estado do Paraná é composto por cento e vinte (120) Desembargadores e quinhentos e oitenta e oito (588) Juízes de Direito.

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ

O Poder Judiciário vive hoje um momento de profundas transformações. A sociedade demanda sua intervenção cada vez mais efetiva e os complexos desafios da contemporaneidade o impelem a uma atitude de enfrentamento visceral e definitivo dos problemas da morosidade prejudiciais à instituição e, sobretudo, aos destinatários da jurisdição.

Em dois séculos de história, o Judiciário brasileiro reproduziu um modelo de administração caracterizado pela gestão do imprevisto, pelo excesso burocrático, pela repetição de desgastadas rotinas. O modelo serviu às soluções administrativas pontuais, por vezes incrementadas pela ação bem intencionada do gestor da ocasião, mas com o passar dos anos constatou-se que os resultados obtidos não foram suficientes para evitar a morosidade reveladora da ineficiência na prestação jurisdicional.

Os dirigentes de todos os segmentos do Judiciário nacional estão hoje comprometidos com o planejamento e com a execução, de forma integrada, de um conjunto de ações voltado ao aperfeiçoamento da instituição e à efetividade da prestação jurisdicional. O compromisso está pautado na crença no serviço público, na ética, na função institucional do Poder Judiciário, na segurança jurídica, no espírito público e de cooperação, na transparência e identidade institucional, no respeito às diferenças, na criatividade, na proatividade, na eficiência, na economicidade e na gestão democrática.

As diretrizes de trabalho, apontadas de forma segura pela convergência dos interesses de todo o Judiciário nacional, indicam a imperiosa necessidade de buscarmos padrões de excelência na prestação de serviços públicos judiciários.

O Conselho Nacional de Justiça tem atuado firmemente na coordenação das ações que visam padronizar o modelo de gestão dos tribunais de todo o país. A celeridade, a facilitação e a simplificação da prestação jurisdicional e do acesso à Justiça, a ampliação dos meios de alcance à informação processual, o aprimoramento da comunicação interna e externa e do atendimento ao público, o aproveitamento racional e criativo dos recursos humanos e materiais, a valorização e a qualificação do corpo funcional, o desenvolvimento de políticas de segurança institucional, o progresso nos instrumentos da tecnologia da informação e a otimização na utilização dos recursos orçamentários são desafios a serem enfrentados com firmeza e determinação.

O Poder Judiciário do Estado do Paraná não tem medido esforços para participar, com competência e agilidade, deste histórico e inexorável processo de modernização que alçará o Judiciário brasileiro aos patamares de desempenho tão desejados quanto absolutamente necessários ao exercício pleno dos direitos da cidadania.

Para cumprir com o seu compromisso institucional de buscar o grau ótimo na prestação dos serviços judiciários à sociedade paranaense, o Poder Judiciário do Estado do Paraná apresenta o seu Planejamento Estratégico, versão 2010-2014, elaborado a partir de duas premissas fundamentais: a do envolvimento, na sua elaboração, das pessoas que compõem e detém o conhecimento da instituição e a da eleição do cidadão como foco definitivo de todo esforço administrativo e jurisdicional.

2. EQUIPES DO PROJETO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PRESIDENTE

Desembargador Carlos Augusto Hoffmann

1.º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Ruy Fernando de Oliveira

2.º VICE-PRESIDENTE

Desembargador João Luiz Manassés de Albuquerque

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador Waldemir Luiz da Rocha

CORREGEDOR

Desembargador Rogério Coelho

Equipe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

José Otávio Padilha - Coordenador

Adriane Cristina Franceschi Fiori

Claudete de Souza

Luiz Francisco de Souza

Rosilda Olivo

Cooperação Técnica e Científica

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Professor Doutor Denis Alcides Rezende

Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Urbana e em Administração

Colaboradores do Projeto de Planejamento Estratégico

Entidades participantes dos Seminários e Oficinas de Planejamento

Ministério Público do Paraná - MP-PR
Subprocuradoria-Geral para Assuntos de Planejamento Institucional
Subprocurador-Geral Bruno Sérgio Galatti
Promotor de Justiça Eliezer Gomes da Silva

Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná - OAB-PR
Advogado Alberto Carlos Machado - Presidente

Associação dos Magistrados do Paraná - AMAPAR
Juiz de Direito Marcos Sérgio Galliano Daros

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDIJUS
Mário Cândido de Oliveira, David Machado e Luiz Antonio Zeni Trevisan

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR
Professor Doutor Denis Alcides Rezende

Equipe de Líderes Ampliada

Desembargador Carlos Augusto Hoffmann - Presidência
Desembargador Ruy Fernando de Oliveira - Vice-Presidência
Desembargador Waldemir Luiz da Rocha - Corregedor-Geral da Justiça
Secretária do Tribunal de Justiça - Denise Rychuv Santos
Subsecretária do Tribunal de Justiça - Anette Marie Roesner
Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE - José Otávio Padilha
Assessoria de Planejamento - Edson Neves Guimarães
Assessoria Jurídica do Gabinete da Secretária - Rosângela Pasqualin dos Santos
Centro de Protocolo Judiciário e Arquivo Geral - James P. de A. Portugal Neto
Departamento Administrativo - DRH - Andréia Karla Dorce
Departamento de Informática - Luiz Fernando Moletta, Maria Esther Aguirra de Moraes, Maria Inês Levis Costa, Nelson Joaquim dos Santos e Rolf Mertens Júnior
Departamento Econômico e Financeiro - Amarilis Velozzo e Sergio Villa
Departamento Judiciário - Leda Barcellos e Marcelo Camargo
Fundo da Justiça - FUNJUS - Gianna Maria Cruz Bove
Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário-FUNREJUS - Álvaro Sérgio R. Faria
Servidor Representante do 1.º grau de jurisdição - Mário Cândido de Oliveira
Servidor Representante do 2.º grau de jurisdição - Luiz Antonio Zeni Trevisan

3. PODER JUDICIÁRIO E A GESTÃO ESTRATÉGICA

(...) o setor público não está numa situação em que as velhas verdades possam ser reafirmadas. É uma situação que requer o desenvolvimento de novos princípios. A administração pública deve enfrentar o desafio da inovação mais do que confiar na imitação. A melhora da gerência pública não é só uma questão de pôr-se em dia com o que está ocorrendo na iniciativa privada: significa também abrir novos caminhos.

Les Metcalfe e Sue Richards

Nas doutrinas da Nova Administração Pública, fala-se muito em transparência, *accountability*, governança, foco no cidadão. Estas são expressões que estão se tornando pontos comuns nas discussões sobre a modernização da gestão do Estado. Tudo isso caminhando num sentido que pode ser sintetizado em palavras que a ciência da administração utiliza de há muito. São elas a eficácia, categoria que diz respeito a um melhor atendimento possível ao cidadão, e a eficiência, cujo significado é de fazer mais com menos recursos, haja vista que o custo do serviço público advém da oneração da sociedade. Aliás, é impossível deixar de notar que este último conceito tem adquirido tamanha premência nas atividades públicas, ao ponto de estar inserido entre os princípios da Administração Pública, arrolados no art. 37, *caput*, da Carta Magna. Assim, como a Administração Pública norteia-se cada vez mais por estes marcos de gestão, as ferramentas administrativas consagradas nas empresas podem servir ao setor público na persecução da eficácia e da eficiência.

Todavia, é preciso acrescentar que há um consenso entre os estudiosos da Administração Pública contemporânea de que os instrumentos de gestão da iniciativa privada nunca devem ser transplantados para o setor público acriticamente. As peculiaridades do setor público determinam que sua gestão é mais intrincada, mais tangenciada por questões que ultrapassam as relações,

cujo *locus* predominante é o mercado. A administração dos assuntos públicos é, então, a gestão externa de um contexto sociopolítico complexo. Há, nesse sentido, nas atividades públicas, os temas da legalidade e legitimidade, aliados a outros valores que transcendem a dialética mais restrita da busca pelo lucro. A literatura que trata das adaptações dos instrumentos de gestão privada para a pública sobeja, e até mesmo áreas consideradas exclusivamente concernentes às empresas, tal como o *marketing*, já excedem esta fronteira para, ajustadas, servir as organizações do Estado.

A Gestão Estratégica, que contempla o Planejamento Estratégico como um dos seus instrumentos mais aplaudidos, é um ferramental de que a modernização das atividades estatais não pode prescindir. Apesar de se considerar o primeiro escrito sobre o tema *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, publicado no século IV a. C., a atual repaginação da administração estratégica iniciou-se na década de 1960, nos Estados Unidos. Na lição de um dos maiores especialistas no assunto, Henry Mintzberg, estas pesquisas provocaram no nível estratégico da organização a mesma revolução que Taylor e Fayol engendraram no chão-de-fábrica. Destarte, na medida em que o Estado gerido por meio do modelo weberiano burocrático foi se tornando mais anacrônico, a gestão estratégica passou a ser incorporada nos motes da nova administração pública. Indubitavelmente, avanços ocorreram a partir disso, no intuito de atingir eficiência e eficácia.

No Poder Judiciário esta perspectiva começa a ser explorada. Reconhecem os magistrados e servidores, bem como os próprios jurisdicionados mais bem informados, que a gestão do poder judicante não deve estar a reboque do que acontece em outros poderes. Não obstante, é preciso que se diga, o Judiciário em não poucos casos coloca-se como paradigma dessa modernização que envolve a adoção de práticas mais atuais e técnicas. Este é o desígnio desta iniciativa da Alta Administração do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

4. METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A atualização da primeira versão do Planejamento Estratégico institucional trouxe uma nova oportunidade para a participação das lideranças da organização na formulação estratégica do Poder Judiciário paranaense.

Cerca de 340 pessoas, dentre magistrados, servidores, representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná ofereceram sugestões para construção da 2.^a versão do Planejamento Estratégico, principalmente, quanto às estratégias, indicadores e projetos. Essa mobilização enriqueceu de forma extraordinária a construção dessa nova versão.

Desta feita, o envolvimento das pessoas do Judiciário foi significativamente maior: além de magistrados atentos à necessidade de modernização da Justiça e de significativo número de servidores representativo dos diversos setores administrativos e judiciais, também participaram representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Essa participação tornou o diagnóstico institucional mais preciso.

A nova versão do Planejamento Estratégico revisou os valores institucionais, reconheceu e ratificou as análises organizacionais que apontaram nossos pontos fortes e fracos e atualizou o documento formal, que agora contempla indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos.

Os Seminários Regionais de Divulgação e Atualização do Planejamento Estratégico, realizados em cinco regiões do Estado, tiveram por diretriz a manutenção do foco no cidadão, pois a sociedade é a razão de existir do Poder Judiciário. Os participantes contribuíram e validaram o diagnóstico organizacional, além de sugerirem ações e projetos que miram o alcance das metas institucionais.

Uma equipe de líderes, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, pelo gestor da meta 1 do CNJ, por magistrado e servidor de 1.º e 2.º graus de jurisdição, pela Secretária e Subsecretária do Tribunal de Justiça, por assessores de gestão estratégica, da área de gestão pessoas, de tecnologia da informação, do orçamento, da comunicação e da área jurídica e, ainda, por representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário validaram o documento final.

E, por fim, o Presidente do Tribunal de Justiça encaminhou o documento do Planejamento Estratégico para a análise e decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná.

O processo de Planejamento Estratégico divide-se em quatro grandes fases: i) o diagnóstico; ii) a elaboração da missão e visão; iii) a fase prescritiva e, iv) a fase da implantação, execução e controle. A fase prescritiva subdivide-se em objetivos estratégicos, linhas de atuação e priorização de projetos.

A primeira foi a fase de diagnóstico, de apuração da situação organizacional em termos do cenário externo, que a pode afetar mais diretamente, e dos elementos internos que precisam ser objeto de atenção dos gestores. Desse processo resultaram quatro róis de elementos de diagnóstico que traduzem um panorama da instituição, o qual é comumente conhecido pela sua sigla inglesa, a matriz SWOT¹. As oportunidades e ameaças são os elementos de cenário externo, sobre os quais a organização não detém grau considerável de controle, afetando-os apenas indiretamente. Os pontos fortes e pontos fracos são elementos de diagnóstico interno, aspectos organizacionais controláveis pela organização, que podem ser objeto mais direto da atuação da gestão estratégica. O sentido da elaboração desse diagnóstico é permitir que a organização identifique onde estão as questões mais sensíveis, quais os elementos externos que podem comprometer seu desempenho e quais são os

¹ Abreviação do inglês: *strengths, weaknesses, opportunities e threats*. Respectivamente: pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

pontos fortes que devem ser mantidos e reforçados, no sentido de utilizá-los para eliminar pontos fracos e mitigar ameaças.

Na segunda fase foram elaboradas a Missão, que tem por objetivo mais geral revelar para o que a organização existe, e a Visão, tradutora dos anseios das pessoas envolvidas com o modelo da instituição ideal, nos horizontes de médio e longo prazo. Na Visão foram contemplados os desejos que a organização vislumbra para que os serviços públicos sejam prestados com qualidade cada vez maior, e para que o Judiciário paranaense se coloque como paradigma de órgão público moderno, atento às tendências da nova administração pública.

A terceira fase abordou as prescrições derivadas do processo de levantamento dos elementos de diagnóstico. Esta etapa é um processo dedutivo, que parte da organização como um todo, a decompõe em assuntos estratégicos e determina ações específicas para a gestão de cada um deles. Os objetivos estratégicos são os que tratam dos grandes assuntos do Poder Judiciário, as grandes áreas nas quais os gestores devem envidar esforços, e apontam onde são necessárias as ações de modernização. Já as estratégias, ou linhas de atuação, especificam melhor, dentro de cada grande objetivo estratégico, quais são os assuntos que devem ser objeto de ações mais específicas. É possível afirmar que as linhas de atuação dizem como construir a modernização do Judiciário. Por último, são determinados os projetos, as tarefas que devem ser cumpridas para que a modernização efetivamente se torne uma realidade.

Finalmente, a quarta fase do Planejamento Estratégico é a sua implantação. Foram elaborados projetos para serem executados ao longo do período de cinco anos de abrangência do Planejamento Estratégico, com cronogramas administrativos de cumprimento e, o mais importante, o acompanhamento e a medição, com método, de todo este esforço.

Manteve-se o *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta de gestão para auxiliar na tradução das estratégias em objetivos operacionais, direcionando comportamentos e desempenho. A expressão *Balanced Scorecard* pode ser traduzida como Indicadores Balanceados de Desempenho, e é justamente na medição do desempenho da organização que ele procura agir. O BSC divide a gestão da organização em quatro perspectivas, todas elas com indicadores específicos, que buscam mensurar a gestão estratégica como um todo. No caso das organizações públicas, são estas as quatro perspectivas:

Sustentabilidade financeira: perspectiva que se situa na base da gestão estratégica no setor público, pois são os recursos orçamentários que garantem o funcionamento da instituição, sua modernização e a prestação de serviços públicos. Os recursos públicos, oriundos da oneração da sociedade, exigem gestão eficiente, como determina o mandamento insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Aprendizado e crescimento: é a perspectiva que lida com os ativos intangíveis, relacionados à obtenção de capacidades essenciais ao cumprimento das atividades da organização. Diz respeito à cultura da organização, seus aspectos positivos e negativos, bem como à utilização de novas tecnologias e ferramentas de gestão e o impacto disso no futuro. Envolve motivação, conscientização, qualificação e compromisso das pessoas.

Processos internos: trata das operações cotidianas da organização, da logística e da maneira como são geridos os processos de trabalho. Nessa perspectiva são gerados os indicadores de eficiência e eficácia nos procedimentos administrativos da organização. Tramitação interna de expedientes, tecnologias de gestão do patrimônio, preservação da saúde e segurança no trabalho são algumas facetas da administração da organização que encontram guarida sob esta perspectiva.

Sociedade: não por acaso, no planejamento estratégico das instituições públicas, situa-se no topo das perspectivas do Balanced Scorecard. Como já foi ressaltado anteriormente, o cidadão, e mais especificamente no caso do Poder Judiciário, o jurisdicionado é o foco principal de toda esta gestão estratégica que se inaugura. Nessa perspectiva está o modo como a instituição se relaciona com a sociedade, a mensuração da satisfação desta com os serviços prestados e a maneira responsável com a qual a gestão estratégica é levada a cabo.

5. DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

A apuração dos elementos de diagnóstico realizou-se por meio de Seminários de Divulgação e Atualização do Planejamento Estratégico realizados em cinco regiões do Paraná: Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Curitiba. Além dos seminários, foram recolhidas importantes contribuições de uma centena de servidores de todas as áreas e de magistrados, por meio de uma pesquisa de opinião disponibilizada no portal da internet.

Participaram dos seminários magistrados, servidores, advogados e promotores de justiça, com discussões acerca dos problemas locais, com apresentação de sugestões para melhoria organizacional e análise dos elementos de diagnóstico: os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças que envolvem a organização judiciária paranaense.

Registre-se, também, a mobilização dos juízes de Direito da Comarca de Londrina, que organizados em grupos temáticos, discutiram vários aspectos da formulação estratégica do Judiciário paranaense e apresentaram propostas consolidadas em documento entregue em mãos do Presidente do Tribunal de Justiça, numa mostra do nível de responsabilidade e preocupação da magistratura daquela comarca com a qualidade da prestação jurisdicional que entregam à sociedade.

5.1. Oportunidades

As oportunidades são as variáveis externas e não controladas pelo Poder Judiciário que podem criar condições favoráveis. São situações externas atuais ou futuras, que podem influenciar positivamente o desempenho do Judiciário.

Destacam-se as oportunidades:

- Atuação do Conselho Nacional de Justiça na padronização de procedimentos, no auxílio ao desenvolvimento tecnológico e na definição de diretrizes administrativas estratégicas para a melhoria institucional;

- Mudança de cultura quanto à inserção social da conciliação (semana da conciliação);
- O processo de reformas e de modernização do Poder Judiciário;
- Abertura e transparência do Poder Judiciário, desmistificando o acesso à Justiça, às decisões e ao cumprimento destas;
- Abertura e facilitação dos canais de comunicação em diversas mídias, que podem ser usados para gerar conhecimento;
- Avanço das novas tecnologias, especialmente com a adoção de sistemas de processos virtuais;
- Maior consciência crítica dos cidadãos, com maior potencial participativo para entendimento e conseqüente valorização do serviço público judiciário;
- Aumento da consciência da necessidade de práticas de preservação do meio ambiente;
- Crescimento das oportunidades de parcerias com a sociedade civil e outros poderes da Administração Pública.

5.2. Ameaças

São as variáveis externas e não controladas pelo Poder Judiciário que podem criar condições desfavoráveis. São situações externas, atuais ou futuras, que podem influenciar negativamente o desempenho do Judiciário.

Destacam-se as ameaças:

- Descrédito e desconhecimento da população em relação ao Poder Judiciário;
- Atuação de setores dos meios de comunicação em acentuar aspectos negativos relacionados ao Poder Judiciário;
- Aumento da litigiosidade aliado à falta de uma cultura de conciliação;
- Crescimento da violência, das situações de risco social e das dificuldades estruturais do Estado em assegurar a pacificação social;

- Cenários de instabilidade econômica que comprometam a disponibilidade orçamentária do Poder Judiciário.
- Política econômica que afete o grau de litigiosidade com aumento da demanda e menores recursos.
- O não-cumprimento das determinações judiciais, a exemplo da desobediência às determinações de reintegração de posse, deferidas liminarmente;
- Competição com outros órgãos públicos pelos melhores recursos humanos.

5.3. Pontos Fortes

São as variáveis internas e controláveis que propiciam condições favoráveis para o Poder Judiciário em relação ao seu ambiente. São características ou qualidades, tangíveis ou não, que podem influenciar positivamente seu desempenho.

Destacam-se os pontos fortes:

- As parcerias criadas com outros órgãos públicos, instituições privadas e organizações da sociedade que potencializam investimentos financeiros e em recursos intangíveis.
- Regime de especialização dos órgãos julgadores, proporcionando maior celeridade nos julgamentos;
- O bom desempenho da Turma Recursal Única;
- A boa estruturação do 2.º grau da Justiça Estadual;
- O início da adoção do pensamento estratégico na elaboração dos planos de gestão;
- Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, que viabiliza recursos para investimentos em infra-estrutura;
- Magistrados e servidores com experiência sobre a Instituição e lideranças individuais;

- Maior investimento na capacitação dos recursos humanos e na estrutura de informática (*software e hardware*);
- O bom relacionamento com os outros Poderes do Estado.

5.4. Pontos Fracos

São as variáveis internas e controláveis que propiciam condições desfavoráveis para o Poder Judiciário em relação ao seu ambiente. São características ou qualidades, tangíveis ou não, que podem influenciar negativamente seu desempenho. Os pontos fracos devem ser significativamente melhorados pelo Judiciário, modificados ou eventualmente abandonados.

Destacam-se os seguintes pontos fracos:

- Inexistência de um planejamento de recursos humanos que contemple as necessidades presentes e futuras do Poder Judiciário, tanto em relação à distribuição e necessidade de servidores capacitados entre os diversos setores, como em relação à perda de servidores para outros órgãos públicos;
- Ausência de programas motivacionais;
- Distorções remuneratórias acumuladas ao longo do tempo, com concessões de gratificações com critérios não-isonômicos;
- Ausência de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários que atenda ao binômio possibilidades orçamentárias *versus* motivação e crescimento profissional dos servidores;
- Falta de uma política de capacitação e desenvolvimento para maior qualificação dos servidores;
- Tratamento dispensado aos servidores em relação à magistratura quanto ao trato das questões de reposições salariais;
- Precariedade de sistemas de organização e métodos que reduzam a morosidade na tramitação de expedientes e padronizem os procedimentos internos, evitando o retrabalho;
- Sistemas de informática deficientes e falta de planejamento e investimento adequados;

- Deficiência na comunicação entre os diversos departamentos do Poder Judiciário, inviabilizando o regime de cooperação no tratamento/desenvolvimento de dados e projetos de interesses comuns;
- Distribuição desigual de infra-estrutura e recursos entre o segundo e primeiro grau de jurisdição, em detrimento deste último, e também entre a Capital e o Interior, em prejuízo deste;
- Ausência de política de divulgação e comunicação institucional que destaque as competências e os resultados positivos do Poder Judiciário;
- Descontinuidade das ações e excessiva centralização do poder decisório;
- Deficiência no levantamento e na confiabilidade das informações, devido à falta de sistematização na obtenção dos dados estatísticos do Poder Judiciário;
- Ausência de visão institucional e administrativa, com distanciamento da cúpula em relação às unidades organizacionais.

6. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A definição da Missão, Visão e dos Valores, é premissa elementar do processo de Planejamento Estratégico, pois estes elementos são componentes básicos do nível de identidade institucional, reforçando sua dimensão na vida pública.

A Missão destina-se a conferir um senso de propósito ao Poder Judiciário. Sintetizada numa única frase, refere-se à razão da existência da instituição.

A justificativa existencial estrita do Poder Judiciário do Estado do Paraná é dada pela Constituição Federal, com as competências arroladas na Carta Magna Estadual. Entretanto, no âmbito desse Planejamento Estratégico, o Poder Judiciário busca expandir as fronteiras estritamente legais para definir em sua Missão a forma pela qual a prestação jurisdicional se deve realizar, os valores que devem perpassar sua atuação e, o mais importante, qual é o resultado da sua cogente atuação.

A Visão tem o papel de extrapolar os anseios do Poder Judiciário na dimensão temporal. A Visão é a descrição do cenário ou sonho da instituição, relacionado com a projeção de oportunidades futuras, questionando aonde o Judiciário quer chegar e como quer ser percebido ou reconhecido pelo meio ambiente interno ou externo que o envolve. Seu estabelecimento parte de um exercício das aspirações, para se constituir em elemento de motivação das pessoas na persecução dos horizontes traçados. Na Visão, os desejos para o futuro da organização devem cristalizar-se numa frase, que tenha a força de comunicação necessária para engajar todos na sua busca.

A Visão do Poder Judiciário foca a qualidade dos serviços públicos judiciários como predicado objeto de busca perene. E o saldo dessa busca é um

sentimento de orgulho institucional com o estabelecimento do Judiciário paranaense como paradigma de qualidade de prestação jurisdicional.

Os valores relatam em que o Poder Judiciário acredita e o que pratica. Podem ser chamados de princípios, que são relacionados com “algo atribuído” de grande estima, de grande valia, apreço, consideração e respeito. Os valores do Poder Judiciário paranaense foram formalizados por meio de atributos de valor para a sociedade.

7. MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico contempla, além da Missão, Visão e Atributos de Valor para a sociedade, os Objetivos Estratégicos do Poder Judiciário, distribuídos nas respectivas abordagens do *Balanced Scorecard* (BSC).

Os objetivos estratégicos relatam alvos qualificados e quantificados do Poder Judiciário a serem alcançados, ao mesmo tempo em que indicam a prescrição sobre como aproveitar pontos fortes e oportunidades para mitigar as ameaças e eliminar os pontos fracos. Nos objetivos estratégicos ficam patentes alguns dos temas relevantes que não podem fugir a uma modernização calcada nas teorias mais avançadas de administração pública.

Para cada objetivo estratégico foram determinadas linhas de atuação e seus respectivos projetos.

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ

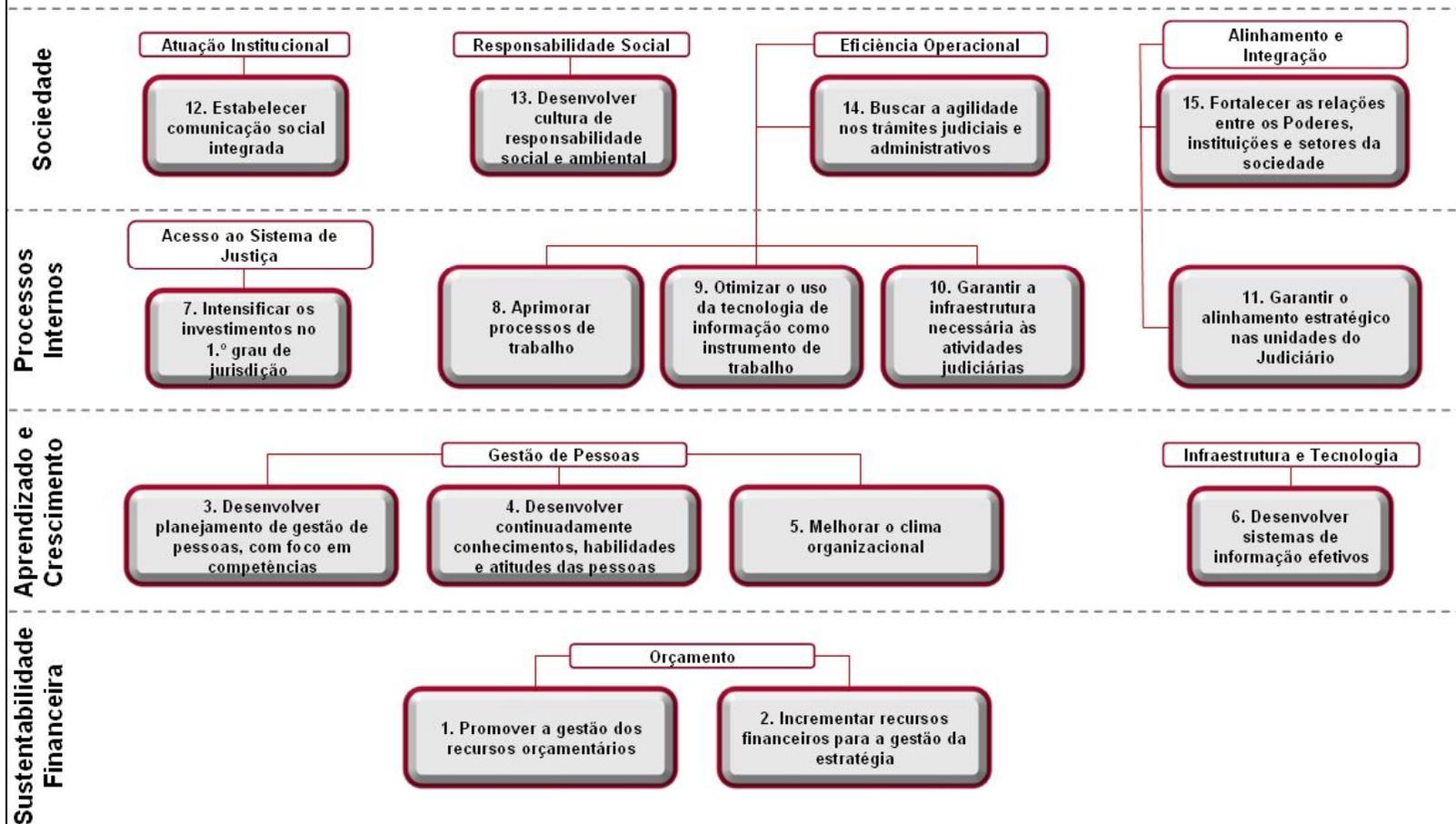
VISÃO: Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos judiciários, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho

MISSÃO: Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social

ATRIBUTOS DE VALOR PARA A SOCIEDADE:

Acessibilidade
Celeridade
Justiça
Responsabilidade Social e Ambiental

Ética
Inovação
Transparência



ANEXOS

Anexo 1. A Estratégia do Poder Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Missão:

Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social

Visão:

Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos judiciários, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Acessibilidade
- Celeridade
- Ética
- Inovação
- Justiça
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental

Tema:

Orçamento

Objetivo Estratégico:

Promover a gestão dos recursos orçamentários (01)

Descrição do Objetivo:

Estabelecer procedimentos que disponibilizem os recursos orçamentários, de forma adequada a cumprir os projetos estratégicos, consoantes os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Linhas de Atuação:

- Integrar setores judiciários na elaboração do orçamento institucional.
- Ampliar o controle das receitas dos fundos.
- Aperfeiçoar sistemas de elaboração e execução do orçamento.
- Implantar órgão de controle interno e sistemas de controle da atividade judiciária.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de execução do orçamento disponibilizado (01)
- Índice de empenho do orçamento disponibilizado (02)
- Índice de desconcentração na elaboração do orçamento institucional (03)

Projetos Relacionados:

- Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (05)
- Regulamentação orçamentária da ESEJE (07)
- Sistema uniformizado de custas e despesas processuais (12)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
1 - Índice de execução do orçamento disponibilizado - TJ	Executar 99% do orçamento disponibilizado até 2014						Regulamentação orçamentária da ESEJE
	95%	97%	97%	97%	97%	99%	
2 - Índice de empenho do orçamento disponibilizado - TJ	Empenhar 99% do orçamento disponibilizado até 2014						
	95%	98%	98%	98%	98%	99%	
3 - Índice de desconcentração na elaboração do orçamento institucional	Alcançar o índice de 100% de participação dos representantes indicados até 2011						
	0%	70%	100%	100%	100%	100%	

Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia (02)

Descrição do Objetivo:

Promover ações de natureza orçamentária e extra-orçamentária, visando assegurar recursos que viabilizem a consecução das ações necessárias ao cumprimento da Estratégia.

Linhas de Atuação:

- Alinhar o planejamento orçamentário aos objetivos estratégicos.
- Buscar incremento das fontes de receita com o aporte de recursos extra-orçamentários.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de orçamento estratégico (04)

Projetos Relacionados:

- Monitoramento de Varas (10)
- Sistema uniformizado de custas e despesas processuais (12)
- Estatização das Varas Judiciais (13)
- Guia de recolhimento dos Oficiais de Justiça (16)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
4 - Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 2% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014						- Estatização das Varas Judiciais
	0%	0%	1%	1%	1%	2%	- Sistema uniformizado de custas e despesas processuais

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Desenvolver planejamento de gestão de pessoas, com foco em competências (03)

Descrição do Objetivo:

Implementar um conjunto de ferramentas práticas, consistentes e objetivas, que torne possível instrumentalizar o Judiciário para uma efetiva gestão com foco em pessoas, com critério e clareza.

Linhas de Atuação:

- Desenvolver sistemas para o diagnóstico permanente das necessidades, presentes e futuras, de recursos humanos no Poder Judiciário.
- Implantar um Plano de Carreiras, Cargos e Salários.
- Conhecer e normatizar as competências das funções dos cargos do Judiciário.
- Implementar processo de avaliação de desempenho, fundado no mérito e no grau de capacitação em competências essenciais.
- Implantar Banco de Competências.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Grau de evidenciamento das competências dos servidores (05)
- Plano de Carreiras, Cargos e Salários (06)

Projetos Relacionados:

- Implantação da Gestão por Competências (01)
- Plano de Carreiras, Cargos e Salários (02)
- Desenvolvimento de competências essenciais, específicas e sócio-históricas (06)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
5 - Grau de evidenciamento das competências dos servidores	Evidenciar 100% das competências organizacionais até 2011						- Implantação da Gestão por Competências
	0%	30%	100%	100%	100%	100%	
6 - Plano de Carreiras, Cargos e Salários	Implantar até 2014 todas as etapas do Plano de Carreiras Cargos e Salários do PJPR						- Plano de Carreiras, Cargos e Salários
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	Elab. PCCS e aprovar no OE e na AL	Impl. 1. ^a etapa PCCS	Impl. 2. ^a etapa PCCS	Impl. 3. ^a etapa PCCS	Impl. Final PCCS	

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas (04)

Descrição do Objetivo:

Empregar a capacitação permanente do corpo funcional do Poder Judiciário, como condição fundamental para atender, de forma efetiva, os serviços públicos ofertados à sociedade.

Linhas de Atuação:

- Fortalecer a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE) e a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP).
- Elaborar e implantar plano de qualificação de recursos humanos, alinhado aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- Implantar curso de especialização em Gestão Pública Judiciária em parceria entre as Escolas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências estratégicas (07)
- Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação (08)

Projetos Relacionados:

- Desenvolvimento de Competências Essenciais, Específicas e Sócio-Históricas (06)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
7 - Índice de capacitação nas competências estratégicas	Alcançar o índice de 80% de capacitação nas competências estratégicas até 2014						Desenvolvimento de Competências Essenciais, Específicas e Sócio Históricas
	12%	20%	30%	50%	70%	80%	
8 - Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	Alcançar o índice de 3% do orçamento de custeio aplicado em capacitação até 2014						
	1,7%	3%	3%	3%	3%	3%	

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Melhorar o clima organizacional (05)

Descrição do Objetivo:

Estabelecer a melhoria do clima organizacional como condição favorável para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento e realização pessoal de cada colaborador do Poder Judiciário.

Linhas de Atuação:

- Desenvolver uma política de benefícios voltada à motivação e ao comprometimento dos servidores.
- Organizar programas de integração dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- Implantar ações de reconhecimento da eficiência dos magistrados, servidores, setores e equipes de trabalho.
- Proporcionar condições para o pleno desenvolvimento pessoal dos colaboradores internos.
- Criar programas para a melhoria da qualidade de vida e trabalho.
- Desenvolver política de recompensa por produtividade.
- Estimular a realização de processo seletivo interno para preenchimento de funções e cargos comissionados.
- Desenvolver estudos para regulamentar a realização de trabalhos do tribunal fora de suas dependências tomando como referência as normas do (TCU)

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice do clima organizacional (09)
- Índice de implantação de programas de qualidade de vida e trabalho (10)

Projetos Relacionados:

- Plano de Carreiras, Cargos e Salários (02)
- Implantação de programas de qualidade de vida e trabalho (03)

- Desenvolvimento de Competências Essenciais, Específicas e Sócio-Históricas (07)
- Identificação da Satisfação das Pessoas com a Instituição (18)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
9 - Índice do clima organizacional	Alcançar o índice de 70% de avaliações positivas até 2014						- Identificação da Satisfação das Pessoas com a Instituição - Plano de Carreiras, Cargos e Salários
	-	30%	40%	50%	60%	70%	
10 - Índice de implantação de programas de qualidade de vida e trabalho	Implantar, anualmente, dois programas de qualidade de vida e trabalho até 2014						- Implantação de programas de qualidade de vida e trabalho
	-	2	2	2	2	2	

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo Estratégico:

Desenvolver sistemas de informação efetivos (06)

Descrição do Objetivo:

Atuar para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação efetivos, para a antecipação de intervenções necessárias na administração da justiça.

Linhas de Atuação:

- Elaborar um plano de gestão das informações.
- Integrar os sistemas de informação existentes.
- Implementar um moderno, eficaz e confiável sistema de estatística do Poder Judiciário.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência às metas do PESI (11)
- Índice de disponibilidade de sistemas on-line (12)

Projetos Relacionados:

- Desenvolvimento de sistema para consolidação das informações de 1.º Grau (19)
- Desenvolvimento de Sistema de Protocolo Digital com especialização por setor (23)
- Desenvolvimento de Sistemas essenciais (25)
- Estudo para adequação da estrutura do Departamento de Informática (26)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
11 - Índice de aderência às metas do PESI	Alcançar o índice de 100% de aderência às metas do PESI até 2014						<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e Implantação de Sistemas essenciais - Estudo para adequação da estrutura do Departamento de Informática
	0%	20%	40%	60%	80%	100%	
12 - Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Alcançar o índice de 99% de disponibilidade até 2014						
	94%	95%	96%	97%	98%	99%	

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça.

Objetivo Estratégico:

Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição (07)

Descrição do Objetivo:

Promover a estruturação material como condição essencial para a melhoria na prestação dos serviços públicos judiciários de 1.º grau de jurisdição.

Linhas de Atuação:

- Planejar formas de regionalizar e/ou especializar a administração para o 1.º grau de Jurisdição.
- Levar capacitação, em todos os níveis, para o 1.º grau de jurisdição.
- Assegurar os recursos humanos necessários para o bom funcionamento do 1.º grau de jurisdição.
- Ampliar os canais de comunicação entre o 1.º grau de jurisdição e a cúpula administrativa do Poder Judiciário.
- Instalar as unidades jurisdicionais criadas.
- Desenvolver e implantar sistema de eficiência da atividade cartorária.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de unidades jurisdicionais instaladas (13)

Projetos Catalogados:

- Implantação da Central de Mandados (09)
- Sistema uniformizado de custas e despesas processuais (12)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Indicador 13: Índice de unidades jurisdicionais instaladas	Meta: Alcançar o índice de 100% de instalação das unidades criadas até 2014						<ul style="list-style-type: none"> - Sistema uniformizado de custas e despesas processuais - Implantação da Central de Mandados
	30%	35%	45%	60%	80%	100%	

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Aprimorar processos de trabalho (08)

Descrição do Objetivo:

Ponto chave da modernização do Poder Judiciário Paranaense. Reduzir a perda de eficiência advinda de retrabalho, da desinformação e da falta de normatização.

Linhas de Atuação:

- Aperfeiçoar, normatizar e interligar os processos internos.
- Desenvolver, continuamente, estudos de melhores práticas.
- Implantar um sistema de logística no Poder Judiciário.
- Aprimorar os processos internos de licitações.
- Buscar eficiência nas práticas cartorárias.
- Reduzir o prazo médio dos processos administrativos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de processos internos mapeados e otimizados (14)
- Eficiência operacional (15)

Projetos Relacionados:

Monitoramento de Varas (10)
Sistema para geração e controle de certidões judiciais (15)
Guia de recolhimento dos Oficiais de Justiça (16)
Padronização dos procedimentos das requisições de compras e/ou serviços (24)
Padronização de Rotinas Internas da Corregedoria-Geral da Justiça (11)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
14 - Índice de processos internos mapeados e otimizados	Otimizar 100% dos processos mapeados						<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento de Varas - Sistema de certidões judiciais - Guia de recolhimento dos Oficiais de Justiça - Padronização dos Procedimentos de Requisição de compras e/ou serviços - Padronização de Rotinas Internas da Corregedoria
	-	30%	50%	60%	80%	100%	
15 - Eficiência operacional	Meta não estabelecida. Medição em elaboração						
	-	-	-	-	-	-	

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho (09)

Descrição do Objetivo:

Aperfeiçoar o proveito que a tecnologia da informação proporciona como instrumento de trabalho.

Linhas de Atuação:

- Promover maior integração com os usuários.
- Desenvolver um plano de regionalização do atendimento de informática às comarcas.
- Fortalecer a estrutura interna para suporte técnico adequado.
- Disseminar o uso de novas tecnologias entre os usuários internos e externos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência às metas do PETI (16)
- Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia (17)
- Índice de aderência aos padrões mínimos de TI (18)
- Índice de implantação do processo judicial digital (PROJUDI) (19)
- Índice de implantação da certificação digital (20)

Projetos Relacionados:

Sistema para geração e controle de certidões judiciais (15)
Desenvolvimento de sistema para consolidação das informações de 1.º Grau (19)
Desenvolvimento de Sistema de Protocolo Digital com especialização por setor (23)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
16 - Índice de aderência às metas do PETI	Alcançar o índice de 100% de aderência às metas do PETI até 2014						<ul style="list-style-type: none"> - Sistema para geração e controle de certidões judiciais - Desenvolvimento de Sistemas de Protocolo Digital com especialização por setor - Desenvolvimento de Sistema para consolidação das informações de 1.º grau
	-	30%	40%	50%	70%	100%	
17 - Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia	Alcançar o índice de 100% de disponibilidade até 2014						
	50%	60%	70%	80%	90%	100%	
18 - Índice de aderência aos padrões mínimos de TI	Alcançar o índice de 100% de aderência até 2014						
	10%	20%	50%	80%	90%	100%	
19 - Índice de implantação do processo judicial digital (PROJUDI)	Alcançar o índice de 100% de implantação até 2014						
	7%	20%	50%	80%	90%	100%	
20 - Índice de implantação da certificação digital	Alcançar o índice de 100% de implantação até 2014						
	10%	25%	50%	80%	90%	100%	

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias (10)

Descrição do Objetivo:

Empregar infraestrutura necessária às atividades judiciárias

Linhas de Atuação:

- Ampliar, de forma planejada, a infra-estrutura do 1.º grau de Jurisdição.
- Desenvolver planos de manutenção preventiva e corretiva das unidades judiciárias
- Estabelecer parcerias com órgãos governamentais para execução e fiscalização de obras.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de satisfação com as instalações físicas (21)

Projetos Catalogados:

Edificação do Arquivo Geral de 2.º Grau do Poder Judiciário (14)
Criação de Datacenter Backup (22)
Estudo para adequação da estrutura funcional do Departamento de Informática (26)
Aquisição de servidores corporativos (18)
Aquisição de STORAGE com replicação de dados (20)
Implantação de Central de Monitoria (21)

Indicador	Meta					Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	
21 - Índice de satisfação com as instalações físicas	Alcançar o índice de 60% de satisfação até 2014					<ul style="list-style-type: none"> - Edificação do Arquivo Geral de 2.º grau do Poder Judiciário - Implantação de Central de Monitoria
	-	30%	35%	40%	50%	

Tema:

Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário (11)

Descrição do Objetivo:

Atuar para que as unidades judiciais e administrativas estejam alinhadas à gestão estratégica do Poder Judiciário, respeitadas as particularidades locais e atendendo a resultados de curto, médio e longo prazos.

Linhas de Atuação:

- Garantir o desdobramento da Estratégia.
- Considerar, em primazia, o aproveitamento dos projetos necessários e úteis, concebidos pelo próprio setor para onde o mesmo se destina.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alinhamento das unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) ao planejamento estratégico (22)

Projetos Catalogados:

- Implantação da Gestão por Competências (01)
- Estatização das Varas Judiciais (13)
- Plano de Carreiras, Cargos e Salários (02)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
22 - Índice de alinhamento das unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) ao planejamento estratégico	Atingir o índice de 80% de unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) alinhadas até 2014						- Implantação da Gestão por Competências
	0%	20%	45%	60%	70%	80%	

Tema:

Atuação Institucional

Objetivo Estratégico:

Estabelecer comunicação social integrada (12)

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com os públicos interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com total transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários e de desempenho operacional.

Linhas de Atuação:

- Aumentar os canais de comunicação com os usuários externos.
- Estabelecer avaliações periódicas de satisfação.
- Intensificar a utilização dos meios de comunicação que estão à disposição do Poder Judiciário.
- Disseminar os significados da missão, da visão e dos valores institucionais do Poder Judiciário.
- Institucionalizar ações que busquem divulgar o papel do Poder Judiciário e aproximá-lo do cidadão.
- Realizar campanhas e ações permanentes de *endomarketing*.
- Implantar a gestão de relacionamento com o público interno e externo, visando à publicidade e à transparência.
- Integrar-se ao SICJUS • Sistema de Integração de Comunicação do Poder Judiciário.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de publicação de conteúdo integral de processos em 2.º grau na internet (23)
- Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet (24)
- Índice de inserções institucionais na mídia (25)
- Índice de matérias institucionais positivas (26)

Projetos Relacionados:

- Assessoria de Imprensa Proativa (08)
- Identificação da satisfação das pessoas com a instituição (17)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Indicador 23: Índice de publicação de conteúdo integral de processos em 2.º grau na internet	Obter o índice de 100% de publicação de conteúdo integral de processos na internet até 2011						- Assessoria de Imprensa Proativa - Identificação da satisfação das pessoas com a instituição
	96,12%	98%	100%	100%	100%	100%	
Indicador 24: Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet	Manter e aperfeiçoar 100% de publicação das informações disponibilizadas						
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Indicador 25: Índice de inserções institucionais na mídia	Instituir ao menos uma inserção mensal						
	-	12	12	12	12	12	
Indicador 26: Índice de matérias institucionais positivas	Identificar a proporcionalidade de notícias positivas veiculadas (medição em elaboração)						
	-	-	-	-	-	-	

Tema:

Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico:

Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental (13)

Descrição do Objetivo:

O Poder Judiciário como responsável pela aplicabilidade da Lei, tem o papel estratégico na promoção de política socioambiental institucional, buscando a sensibilização de todos para proteção, a recuperação, e o uso racional dos recursos naturais por meio de ações educativas, de inclusão social e de práticas ecoeficientes inserindo o conceito de sustentabilidade.

Linhas de Atuação:

- Disseminar cultura de solução não adversarial de conflitos.
- Realizar campanhas e programas sociais e de qualidade de vida.
- Realizar campanhas e programas ambientais: de educação ambiental, de sustentabilidade, de práticas ecoeficientes e consumo consciente.
- Aderir a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P do Ministério do Meio Ambiente.
- Adotar a licitação sustentável, introduzindo o “diferencial ecológico”, nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços.
- Desenvolver políticas culturais.
- Desenvolver políticas e práticas de otimização e inovação para aperfeiçoar os procedimentos operacionais visando a redução de custos, racionalidade e eficiência no uso dos recursos públicos.
- Desenvolver políticas de responsabilidade ambiental para uso consciente, de racionalidade dos recursos naturais, disposição de resíduos, materiais de consumo e a boa utilização dos bens permanentes e públicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Consumo de papel (27)
- Consumo de água (28)
- Consumo de energia elétrica (29)
- Ações de responsabilidade social e ambiental (30)

Projetos Relacionados:

- Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (05)
- Gestão ambiental sustentável - PGAS (04)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
27 - Consumo de papel	Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014						- Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - Gestão ambiental sustentável
	-	2%	4%	6%	8%	10%	
28 - Consumo de água	Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014						
	-	2%	4%	6%	8%	10%	
29 - Consumo de energia elétrica	Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014						
	-	2%	4%	6%	8%	10%	
30 - Ações de responsabilidade social e ambiental	Implementar duas ações anuais de responsabilidade social e ambiental						
	Não quantificada	2	2	2	2	2	

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos (14)

Descrição do Objetivo:

Buscar a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, empenhando-se na obtenção da razoável duração do processo, conforme determina a Constituição Federal do Brasil

Linhas de Atuação:

- Definir metas de qualidade e produtividade.
- Constituir programas demonstrativos da transparência dos serviços judiciários no Paraná.
- Difundir os modelos de solução alternativas de conflitos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de Congestionamento (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais (31)
- Produtividade do magistrado (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais (32)
- Índice de agilidade no julgamento no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais (33)
- Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (34)
- Índice de virtualização dos processos novos (35)
- Índice de agilidade na publicação de acórdãos (36)

Projetos Relacionados:

- Monitoramento de Varas (10)
- Estatização das Varas Judiciais (13)
- Desenvolvimento de sistema para consolidação das informações de 1.º Grau (19)
- Criação de Datacenter Backup (22)
- Padronização dos procedimentos das requisições de compras e/ou serviços (24)
- Desenvolvimento de Sistemas essenciais (26)
- Certificação digital (28)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
31 - Taxa de congestionamento (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais	1-Reduzir para 20% a taxa de congestionamento no 2.º grau até 2014 2-Reduzir para 80% a taxa de congestionamento no 1.º grau até 2014 3-Reduzir para - a taxa de congestionamento na Turma Recursal até 2014 4-Reduzir para 57% a taxa de congestionamento nos Juizados Especiais até 2014						- Desenvolvimento de Sistemas essenciais - Certificação digital - Monitoramento de Varas - Estatização das Varas Judiciais - Desenvolvimento de sistema para consolidação das informações de 1.º grau
	26,3%	25%	24%	23%	22%	20%	
	85,6%	84%	83%	82%	81%	80%	
	-	-	-	-	-	-	
32 - Produtividade do magistrado (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais	Meta não estabelecida - Medição em elaboração						- Estatização das Varas Judiciais - Desenvolvimento de sistema para consolidação das informações de 1.º grau
	294	-	-	-	-	-	
	425	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	
33 - Índice de agilidade no julgamento no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais	Meta não estabelecida - Medição em elaboração						
	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	
34 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Concluir 90% dos processos de aquisição de bens e serviços no prazo padrão até 2014						- Padronização dos procedimentos das requisições de compras e/ou serviços
	-	30%	40%	50%	70%	90%	

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
35 - Índice de virtualização dos processos novos	Meta não estabelecida - Medição em elaboração						- Monitoramento de Varas
	-	-	-	-	-	-	
36 - Índice de agilidade na publicação de acórdãos	Alcançar o índice de 90% de acórdãos publicados dentro do prazo de dez (10) dias úteis até 2014						
	-	70%	75%	80%	85%	90%	

Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo Estratégico:

Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade (15)

Descrição do Objetivo:

Estabelecer relacionamento com organizações estatais, privadas e sociais, a fim de alçar novas parcerias para a gestão estratégica.

Linhas de Atuação:

- Estabelecer parcerias com as instituições Ministério Público do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil e órgãos do Governo e Judiciário, na busca pelo aprimoramento da prestação do serviço público.
- Buscar integração e o compartilhamento do conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas, com vistas ao crescimento institucional.
- Integrar e alinhar as unidades judiciais e administrativas à estratégia institucional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário (37)
- Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário (38)

Projetos Relacionados:

- Edificação do Arquivo Geral de 2o. Grau do Poder Judiciário (14)
- Assessoria de imprensa proativa (08)

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
37 - Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário	Implantar, anualmente, uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário até 2014						- Edificação do Arquivo Geral de 2.º grau do Poder Judiciário
	-	1	1	1	1	1	
38 - Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário	Alcançar o índice de 80% de parcerias estratégicas até 2014						- Assessoria de imprensa proativa
	-	60%	65%	70%	75%	80%	

Anexo 2. Fichas dos Indicadores

1. Indicador 01:

INDICADOR: Índice de execução do orçamento disponibilizado	
Objetivo: 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual da efetiva aplicação dos recursos em relação ao total disponibilizado no orçamento
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Quando medir	Anual
Onde medir	No SIAF- Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Paraná
Por que medir	Para verificar o grau de aplicação de recursos orçamentários em metas programadas em relação ao total disponibilizado no orçamento
Como medir	(valor processado / valor disponibilizado de recursos orçamentários) x 100
Situação atual	95%
Meta	Executar 99% do orçamento disponibilizado até 2014

Indicador: Índice de execução do orçamento disponibilizado	Meta: Executar 99% do orçamento disponibilizado até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	95%	97%	97%	97%	97%	99%

2. Indicador 02:

INDICADOR: Índice de empenho do orçamento disponibilizado	
Objetivo: 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de comprometimento dos recursos orçamentários
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Quando medir	Anual
Onde medir	No SIAF- Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Paraná
Por que medir	Para verificar a capacidade de cumprimento das metas estabelecidas
Como medir	(Valor total empenhado / valor total recebido do tesouro estadual) x 100
Situação atual	95%
Meta	Empenhar 99% do orçamento disponibilizado até 2014

Indicador: Índice de empenho do orçamento disponibilizado - TJ	Meta: Empenhar 99% do orçamento disponibilizado até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	95%	98%	98%	98%	98%	99%

3. Indicador 03:

INDICADOR: Índice de desconcentração na elaboração do orçamento institucional

Objetivo: 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de participação representativa de setores judiciários na elaboração do orçamento institucional
Quem mede	Sistema de controle interno
Quando medir	Anual
Onde medir	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Por que medir	Para verificar a participação efetiva dos representantes indicados pelas entidades de classe
Como medir	(total de representantes efetivamente participantes na discussão e elaboração do orçamento / número de representantes selecionados) x 100
Situação atual	0%
Meta	Alcançar o índice de 100% de participação dos representantes indicados até 2011

Indicador: Índice de desconcentração na elaboração do orçamento institucional	Meta: Alcançar o índice de 100% de participação dos representantes indicados até 2011					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	0%	70%	100%	100%	100%	100%

4. Indicador 04:

INDICADOR: Índice de orçamento estratégico

Objetivo: 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Relação entre a parcela do orçamento dedicada às ações estratégicas e o orçamento total do PJPR
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a relação entre a parcela do orçamento dedicada às ações estratégicas e o orçamento total do PJPR
Como medir	(valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas / orçamento total) x 100
Situação atual	0%
Meta	Disponibilizar 2% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014

Indicador: Índice de orçamento estratégico	Meta: Disponibilizar 2% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	0%	0%	1%	1%	1%	2%

5. Indicador 05:**INDICADOR:** Grau de evidenciamento das competências dos servidores**Objetivo: 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Competências funcionais
Quem mede	Divisão de Recursos Humanos
Quando medir	Anual
Onde medir	Divisão de Recursos Humanos
Por que medir	Para identificar e evidenciar as competências dos servidores
Como medir	(Número de servidores com competências evidenciadas / total de servidores) x 100
Situação atual	0%
Meta	Evidenciar 100% das competências organizacionais até 2011

Indicador: Grau de evidenciamento das competências dos Servidores	Meta: Evidenciar 100% das competências organizacionais até 2011					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	0%	30%	100%	100%	100%	100%

6. Indicador 06:**INDICADOR:** Plano de Carreiras, Cargos e Salários**Objetivo: 3. Desenvolver planejamento de gestão de pessoas**

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Índice de evolução do cumprimento das ações sugeridas para a implantação do Plano de Carreiras
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Semestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para aferir o cumprimento das etapas de implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Poder Judiciário do Estado do Paraná
Como medir	Etapas do processo realizadas/Etapas previstas
Situação atual	-
Meta	Implantar até 2014 todas as etapas do Plano de Carreiras, Cargos e Salários do PJPR

Indicador: Plano de Carreiras, Cargos e Salários	Meta: Implantar até 2014 todas as etapas do Plano de Carreiras, Cargos e Salários do PJPR					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	Elaborar o PCCS, aprovar no Órgão Especial e na Assembléia Legislativa	Implantação da 1.ª etapa do PCCS	Implantação da 2.ª etapa do PCCS	Implantação da 3.ª etapa do PCCS	Implantação da etapa final do PCCS

7. Indicador 07:**INDICADOR:** Índice de capacitação nas competências estratégicas**Objetivo:** 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Competências estratégicas
Quem mede	Escola de Servidores da Justiça
Quando medir	Anual
Onde medir	Escola de Servidores da Justiça
Por que medir	Para aferir o percentual de servidores capacitados em competências estratégicas
Como medir	(Pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas / número total de pessoas) x 100
Situação atual	12%
Meta	Alcançar o índice de 80% de capacitação nas competências estratégicas até 2014

Indicador: Índice de capacitação nas competências estratégicas	Meta: Alcançar o índice de 80% de capacitação nas competências estratégicas até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	12%	20%	30%	50%	70%	80%

8. Indicador 08:**INDICADOR:** Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação**Objetivo:** 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de aplicação de recursos orçamentários na capacitação de servidores e magistrados do PJPR
Quem mede	Escola de Servidores da Justiça e Escola da Magistratura
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para quantificar o grau de aplicação de recursos orçamentários na capacitação de servidores e magistrados do PJPR
Como medir	(valor aplicado em capacitação / orçamento de outras despesas correntes) x 100
Situação atual	1,7%
Meta	Alcançar o índice de 3% do orçamento de custeio aplicado em capacitação até 2014

Indicador: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	Meta: Alcançar o índice de 3% do orçamento de custeio aplicado em capacitação até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	1,7%	3%	3%	3%	3%	3%

9. Indicador 09:**INDICADOR:** Índice do clima organizacional**Objetivo:** 5 - Melhorar o clima organizacional

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Satisfação das pessoas com a instituição
Quem mede	Divisão de Recursos Humanos
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para conhecer o grau de satisfação das pessoas com a instituição
Como medir	$(\text{avaliações positivas} / \text{total de avaliações na pesquisa de clima organizacional}) \times 100$
Situação atual	Não quantificada
Meta	Alcançar o índice de 70% de avaliações positivas no clima organizacional até 2014

Indicador: Índice do clima organizacional	Meta: Alcançar o índice de 70% de avaliações positivas no clima organizacional até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	30%	40%	50%	60%	70%

10. Indicador 10:**INDICADOR:** Índice de implantação de programas de qualidade de vida e trabalho**Objetivo:** 5 - Melhorar o clima organizacional

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e trabalho
Quem mede	Divisão de Recursos Humanos
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para quantificar as iniciativas na melhoria da qualidade de vida e trabalho
Como medir	Número de projetos implantados
Situação atual	Não quantificada
Meta	Implantar, anualmente, dois programas de qualidade de vida e trabalho até 2014

Indicador: Índice de implantação de programas de qualidade de vida e trabalho	Meta: Implantar, anualmente, dois programas de qualidade de vida e trabalho até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	2	2	2	2	2

11. Indicador 11:**INDICADOR:** Índice de aderência às metas do PESI**Objetivo:** 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de cumprimento das metas programadas no Planejamento Estratégico em Sistemas de Informação - PESI
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para avaliar o grau de informações disponibilizadas para o processo decisório
Como medir	(metas alcançadas / total de metas planejadas no PESI) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Alcançar o índice de 100% de aderência às metas do PESI até 2014

Indicador: Índice de aderência às metas do PESI	Meta: Alcançar o índice de 100% de aderência às metas do PESI até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	20%	40%	60%	80%	100%

12. Indicador 12:**INDICADOR:** Índice de disponibilidade de sistemas on-line**Objetivo:** 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Tempo de disponibilidade de sistemas em relação ao tempo total do período
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Mensal
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para aferir o grau de disponibilidade dos sistemas on-line
Como medir	(tempo de disponibilidade de sistemas/tempo total do período) x 100
Situação atual	94%
Meta	Alcançar o índice de 99% de disponibilidade de sistemas on-line até 2014

Indicador: Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Meta: Alcançar o índice de 99% de disponibilidade de sistemas on-line até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	94%	95%	96%	97%	98%	99%

13. Indicador 13:**INDICADOR:** Índice de unidades jurisdicionais instaladas**Objetivo:** 7. Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Grau de efetividade na instalação de unidades jurisdicionais
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o grau de efetividade na instalação de unidades jurisdicionais
Como medir	(Número de unidades jurisdicionais instaladas / número de unidades jurisdicionais criadas) x 100
Situação atual	30%
Meta	Alcançar o índice de 100% de instalação das unidades criadas até 2014

Indicador: Índice de unidades jurisdicionais instaladas	Meta: Alcançar o índice de 100% de instalação das unidades criadas até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	30%	35%	45%	60%	80%	100%

14. Indicador 14:**INDICADOR:** Índice de processos internos mapeados e otimizados**Objetivo:** 8. Aprimorar processos de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de processos otimizados após o mapeamento
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o percentual de otimização de processos mapeados
Como medir	(Número de processos otimizados / Número de processos mapeados) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Otimizar 100% dos processos mapeados

Indicador: Índice de processos internos mapeados e otimizados	Meta: Otimizar 100% dos processos mapeados					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	30%	50%	60%	80%	100%

15. Indicador 15:**INDICADOR:** Eficiência operacional**Objetivo:** 8. Aprimorar processos de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Custo do processo judicial
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o custo individual dos processos baixados, no ano, em 1.º e 2.º graus
Como medir	$(\text{Despesa Total} - \text{Inativos} - \text{Precatório} - \text{Investimentos} + \text{Depreciação}) / (\text{Processos Baixados}) \times 100$
Situação atual	Não quantificada
Meta	Diminuir em X% o custo do processo judicial baixado

Indicador: Eficiência Operacional	Meta: Diminuir em X% o custo do processo judicial baixado					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada					

16. Indicador 16:**INDICADOR:** Índice de aderência às metas do PETI**Objetivo:** 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de cumprimento das metas programadas no Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação - PETI
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para garantir a utilização da infraestrutura necessária de TI para o processo decisório
Como medir	$(\text{metas alcançadas} / \text{total de metas planejadas no PETI}) \times 100$
Situação atual	Não quantificada
Meta	Alcançar o índice de 100% de aderência às metas do PETI até 2014

Indicador: Índice de aderência às metas do PETI	Meta: Alcançar o índice de 100% de aderência às metas do PETI até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	30%	40%	50%	70%	100%

17. Indicador 17:**INDICADOR:** Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia**Objetivo:** 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Tempo de disponibilidade de equipamentos em relação ao tempo total do período
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Mensal
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para garantir a disponibilidade dos equipamentos necessários
Como medir	(tempo de disponibilidade de equipamentos/ tempo total do período) x 100
Situação atual	50%
Meta	Alcançar o índice de 100% de disponibilidade até 2014

Indicador: Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia	Meta: Alcançar o índice de 100% de disponibilidade até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	50%	60%	70%	80%	90%	100%

18. Indicador 18:**INDICADOR:** Índice de aderência aos padrões mínimos de TI**Objetivo:** 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau com que as unidades judiciárias se encontram aderentes aos padrões mínimos exigidos de Tecnologia da Informação - TI
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para verificar o grau com que as unidades judiciárias se encontram aderentes aos padrões mínimos exigidos de Tecnologia da Informação - TI
Como medir	(itens atendidos / total de itens especificados na Resolução 90) x 100
Situação atual	10%
Meta	Alcançar o índice de 100% de aderência até 2014

Indicador: Índice de aderência aos padrões mínimos de TI	Meta: Alcançar o índice de 100% de aderência até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	50%	80%	90%	100%

19. Indicador 19:**INDICADOR:** Índice de implantação do processo judicial digital (PROJUDI)**Objetivo:** 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Percentual de varas com o PROJUDI instalado
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para monitorar o percentual de varas com processo judicial digital instalado
Como medir	(Número de varas com o PROJUDI instalado / total de varas) x 100
Situação atual	7%
Meta	Alcançar o índice de 100% de implantação do Projudi até 2014

Indicador: Índice de implantação do processo judicial digital (PROJUDI)	Meta: Alcançar o índice de 100% de implantação até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	7%	20%	50%	80%	90%	100%

20. Indicador 20:**INDICADOR:** Índice de implantação da certificação digital**Objetivo:** 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de certificados digitais expedidos
Quem mede	Departamento de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Departamento de Informática
Por que medir	Para monitorar o percentual de certificados digitais expedidos
Como medir	(número de certificados expedidos/número total de usuários) x 100
Situação atual	10%
Meta	Alcançar o índice de 100% de implantação da certificação digital até 2014

Indicador: Índice de implantação da certificação digital	Meta: Alcançar o índice de 100% de implantação da certificação digital até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	25%	50%	80%	90%	100%

21. Indicador 21:**INDICADOR:** Índice de satisfação com as instalações físicas**Objetivo:** 10. Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciais

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Satisfação dos usuários das instalações do PJPR
Quem mede	Divisão de Recursos Humanos
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para monitorar a satisfação dos usuários internos e externos do PJPR
Como medir	(avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas / total de avaliações nestes itens da pesquisa) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Alcançar o índice de 60% de satisfação com as instalações físicas até 2014

Indicador: Índice de satisfação com as instalações físicas	Meta: Alcançar o índice de 60% de satisfação com as instalações físicas até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	30%	35%	40%	50%	60%

22. Indicador 22:**INDICADOR:** Índice de alinhamento das unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) ao planejamento estratégico**Objetivo:** 11. Garantir o alinhamento estratégico e a integração organizacional do Judiciário

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Alinhamento das unidades administrativas ao planejamento estratégico
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o alinhamento das unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) ao planejamento estratégico
Como medir	(Número de unidades alinhadas/número total de unidades) x 100
Situação atual	0%
Meta	Atingir o índice de 80% de unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) alinhadas ao Planejamento Estratégico até 2014

Indicador: Índice de alinhamento das unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) ao planejamento estratégico	Meta: Atingir o índice de 80% de unidades administrativas (varas, secretarias e departamentos) alinhadas ao Planejamento Estratégico até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	0%	20%	45%	60%	70%	80%

23. Indicador 23:**INDICADOR:** Índice de publicação de conteúdo integral de processos em 2.º Grau na internet**Objetivo:** 12. Estabelecer comunicação social integrada

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Grau de publicação de processo em 2.º Grau na internet
Quem mede	Departamento Judiciário
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o grau de publicação de conteúdo integral de processos em 2.º Grau na internet
Como medir	????
Situação atual	96,12% (2.º grau)
Meta	Obter o índice de 100% de publicação de conteúdo integral de processos na internet até 2011

Indicador: Índice de publicação de conteúdo integral de processos em 2.º Grau na Internet	Meta: Obter o índice de 100% de publicação de conteúdo integral de processos na internet até 2011					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	96,12%	98%	100%	100%	100%	100%

24. Indicador 24:**INDICADOR:** Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet**Objetivo:** 12. Estabelecer comunicação social integrada

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de disponibilidade de informações orçamentárias e financeiras, na internet, para os públicos interno e externo
Quem mede	Departamento Econômico e Financeiro
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o grau de transparência das informações orçamentário-financeiras do PJPR
Como medir	(informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet/ total de informações orçamentárias e financeiras) x 100
Situação atual	100%
Meta	Manter e aperfeiçoar 100% de disponibilização de informações

Indicador: Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Meta: Manter e aperfeiçoar 100% de disponibilização de informações					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

25. Indicador 25:**INDICADOR:** Índice de inserções institucionais na mídia**Objetivo:** 12. Estabelecer comunicação social integrada

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Inserções institucionais do PJPR feitas na mídia
Quem mede	Assessoria de imprensa
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para quantificar o grau de divulgação de informações e atividades do PJPR na mídia
Como medir	Quantidade de inserções na mídia, no período
Situação atual	Não quantificada
Meta	Instituir ao menos uma inserção mensal

Indicador: Índice de inserções institucionais na mídia	Meta: Instituir ao menos uma inserção mensal					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	12	12	12	12	12

26. Indicador 26:**INDICADOR:** Índice de matérias institucionais positivas**Objetivo:** 12. Estabelecer comunicação social integrada

Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Grau de positividade das matérias institucionais veiculadas na mídia
Quem mede	Assessoria de Imprensa
Quando medir	Trimestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o grau de positividade das matérias institucionais veiculadas na mídia
Como medir	$(\text{total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o Poder Judiciário} / \text{o total de matérias veiculadas na mídia sobre o Poder Judiciário}) \times 100$
Situação atual	Não quantificada
Meta	Identificar a proporcionalidade de notícias positivas veiculadas

Indicador: Índice de matérias institucionais positivas	Meta: Identificar a proporcionalidade de notícias positivas veiculadas					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	-	-	-	-	-

27. Indicador 27:

INDICADOR: Consumo de papel	
Objetivo: 13. Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Consumo de papel
Quem mede	Departamento do Patrimônio
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o consumo de papel por unidade (Vara, Secretaria, Departamento), no período
Como medir	(quantidade de resmas de papel utilizadas por unidade no período / quantidade de resmas de papel utilizadas por unidade em 2009) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014

Indicador: Consumo de papel	Meta: Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	2%	4%	6%	8%	10%

28. Indicador 28:

INDICADOR: Consumo de água	
Objetivo: 13. Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Consumo de água
Quem mede	Departamento de Administração e Serviços Gerais
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o consumo de água
Como medir	(quantidade de litros consumidos por unidade (vara, secretaria e departamento) no período / quantidade de litros consumidos por unidade em 2009) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014

Indicador: Consumo de água	Meta: Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	2%	4%	6%	8%	10%

29. Indicador 29:

INDICADOR: Consumo de energia elétrica	
Objetivo: 13. Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Consumo de energia
Quem mede	Departamento de Administração e Serviços Gerais
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o consumo de energia elétrica
Como medir	(quantidade de kw consumidos por unidade (vara, secretaria, departamento) no período / quantidade de kw consumidos por unidade em 2009) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014

Indicador: Consumo de energia elétrica	Meta: Reduzir o consumo comparado a 2009 em 10% até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	2%	4%	6%	8%	10%

30. Indicador 30:

INDICADOR: Ações de responsabilidade social e ambiental	
Objetivo: 13. Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Número de ações de responsabilidade social e ambiental
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar as ações de responsabilidade social -ambiental implementadas
Como medir	Número de ações implementadas
Situação atual	Zero
Meta	Implementar duas ações anuais de responsabilidade social e ambiental

Indicador: Ações de responsabilidade social e ambiental	Meta: Implementar duas ações anuais de responsabilidade social e ambiental					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Zero	2	2	2	2	2

31. Indicador 31:**INDICADOR:** Taxa de congestionamento (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais**Objetivo:** 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Capacidade dos órgãos jurisdicionais de dar vazão à demanda de decisões em 1.º grau (conhecimento), como também dos feitos submetidos ao 2.º grau de jurisdição
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Turma Recursal Única
Quando medir	Semestral
Onde medir	Varas, Secretarias e Câmaras
Por que medir	Medir a capacidade de produção para controlar a variação do estoque de processos
Como medir	$(1 - (\text{total de processos baixados}) / (\text{soma dos casos novos} + \text{casos pendentes})) \times 100$
Situação atual	85,6% para o 1.º grau; 26,3% para o 2.º grau Não definida para a Turma Recursal 62,1% para os Juizados Especiais
Meta	Reduzir para 20% a taxa de congestionamento no 2.º grau até 2014 Reduzir para 80% a taxa de congestionamento no 1.º grau até 2014 Reduzir para ???% a taxa de congestionamento na Turma Recursal até 2014 Reduzir para 57% a taxa de congestionamento nos Juizados Especiais até 2014

Indicador: Taxa de congestionamento (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais	Meta: Reduzir para 20% a taxa de congestionamento no 2.º grau até 2014 Reduzir para 80% a taxa de congestionamento no 1.º grau até 2014 Reduzir para ???% a taxa de congestionamento na Turma Recursal até 2014 Reduzir para 57% a taxa de congestionamento nos Juizados Especiais até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	2.º grau 26,3%	25%	24%	23%	22%	20%
	1.º grau 85,6%	84%	83%	82%	81%	80%
	Turma Recursal	-	-	-	-	-
Juizados Especiais 62,1%	61%	60%	59%	58%	57%	

32. Indicador 32:**INDICADOR** Produtividade do magistrado (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais**Objetivo:** 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Produtividade dos magistrados
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Turma Recursal Única
Quando medir	Semestral
Onde medir	Varas, Secretarias e Câmaras
Por que medir	Para verificar a produtividade dos magistrados
Como medir	(Total de julgados / total de magistrados) x 100
Situação atual	294 no 2.º grau 425 no 1.º grau 2900 na Turma Recursal Única nos Juizados Especiais
Meta	A definir A definir

Indicador: Produtividade do magistrado (conhecimento) no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais	Meta: A definir					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	2.º grau 294					
	1.º grau 425					
	Turma Recursal 2900	2300*	1700**	1800	1850	1900
	Juizados Especiais					

* Previsão de aumento de 2 cargos de juiz para a TRU em relação a 2009

** Previsão de aumento de 6 cargos de juiz para a TRU em relação a 2009

33. Indicador 33:**INDICADOR:** Índice de agilidade no julgamento no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais**Objetivo:** 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Agilidade do julgamento
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário e Turma Recursal Única
Quando medir	Semestral
Onde medir	Varas, Secretarias e Câmaras
Por que medir	Para verificar a agilidade do julgamento
Como medir	(processos finalizados dentro de um ano, por instância / total de processos finalizados) x 100 Fase de conhecimento (do protocolo à sentença) Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa)
Situação atual	
Meta	Atingir o índice de 100% de agilidade no julgamento no 2.º grau até 2014 Atingir o índice de XX% de agilidade no julgamento no 1.º grau até 2014 Manter o índice de 100% de agilidade no julgamento na Turma Recursal Única até 2014 Atingir o índice de XX% de agilidade no julgamento nos Juizados Especiais até 2014

Indicador: Índice de agilidade no julgamento no 1.º e 2.º graus, Turma Recursal e Juizados Especiais	Meta: Atingir o índice de 100% de agilidade no julgamento no 2.º grau até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	2.º grau 90%	91%	92%	94%	97%	100%
	1.º grau					
	Turma Recursal	100%	100%	100%	100%	100%
Juizados Especiais						

34. Indicador 34:

INDICADOR: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	
Objetivo: 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Agilidade na tramitação dos processos de aquisição
Quem mede	Departamento do Patrimônio
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar a agilidade da tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
Como medir	(processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão / total processos de aquisição de bens e serviços) x 100 PRAZOS PADRÃO: 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; 60 dias, para demais tomadas de preços; 50 dias, para convites e pregão, 8 dias para dispensa e inexigibilidade
Situação atual	Não quantificada
Meta	Concluir 90% dos processos de aquisição de bens e serviços no prazo padrão até 2014

Indicador: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Meta: Concluir 90% dos processos de aquisição de bens e serviços no prazo padrão até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	30%	40%	50%	70%	90%

35. Indicador 35:

INDICADOR: Índice de virtualização dos processos novos	
Objetivo: 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de virtualização de processos novos
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento Judiciário, Departamento Administrativo e Departamento do Patrimônio
Quando medir	Semestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o grau de virtualização de processos novos
Como medir	(processos novos eletrônicos/ total de processos novos) x 100
Situação atual	-
Meta	A definir

Indicador: Índice de virtualização dos processos novos	Meta: A definir					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	-					

36. Indicador 36:

INDICADOR: Índice de agilidade na publicação de acórdãos	
Objetivo: 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Grau de agilidade na publicação de acórdãos
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça e Departamento Judiciário
Quando medir	Semestral
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para verificar o grau de agilidade na publicação de acórdãos
Como medir	(acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias/ total de acórdãos a publicar) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Alcançar o índice de 90% de acórdãos publicados dentro do prazo de dez (10) dias úteis até 2014

Indicador: Índice de agilidade na publicação de acórdãos	Meta: Alcançar o índice de 90% de acórdãos publicados dentro do prazo de dez (10) dias úteis até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	70%	75%	80%	85%	90%

37. Indicador 37:

INDICADOR: Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário	
Objetivo: 15. Fortalecer as relações entre os Poderes, instituições e setores da sociedade	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Anual
Onde medir	PJPR
Por que medir	Para motivar a adoção permanente de boas práticas consolidadas no Judiciário
Como medir	Número de práticas do Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário adotadas
Situação atual	zero
Meta	Implantar, anualmente, uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário até 2014

Indicador: Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário	Meta: Implantar, anualmente, uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	zero	1	1	1	1	1

38. Indicador 38:

INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas do Poder Judiciário	
Objetivo: 15. Fortalecer as relações entre os Poderes, instituições e setores da sociedade	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Parcerias estratégicas estabelecidas entre o PJPR, outros setores e instituições
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas parcerias existentes
Por que medir	Para verificar o grau de contribuição das parcerias existentes com outros setores e instituições para com o alcance de metas estratégicas do PJPR
Como medir	(Total de parcerias externas ao PJ que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica / o total de parcerias vigentes no período) x 100
Situação atual	Não quantificada
Meta	Alcançar o índice de 80% de parcerias estratégicas até 2014

Indicador: Índice de parcerias estratégicas do Poder Judiciário	Meta: Alcançar o índice de 80% de parcerias estratégicas até 2014					
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014
	Não quantificada	60%	65%	70%	75%	80%

Anexo 3. Fichas dos Projetos

PROJETO 01: IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

8. Escopo ou finalidade do projeto

Consolidar as informações que contribuam para mapear as competências dos servidores objetivando desenvolver o planejamento de gestão de pessoas com foco em competências e objetivando incrementar a qualidade do serviço oferecido.

9. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

10. Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

11. Justificativa

A Gestão de Pessoas por Competências traz benefícios para a instituição, permitindo a identificação das competências necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais, bem como as necessidades de desenvolvimento dessas competências pelos servidores em face de suas atribuições/funções e, conseqüentemente, o direcionamento da capacitação das pessoas, racionalizando gastos e contribuindo para um melhor desempenho funcional. Proporciona, ainda, a otimização do processo de seleção e lotação dos servidores nas unidades organizacionais, já que prevê o desenvolvimento de um banco de talentos do PJPR.

PROJETO 02: PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS

1. Escopo ou finalidade do projeto

O projeto de Plano de Carreiras, Cargos e Salários pretende definir os recursos humanos atuais e prever os recursos humanos futuros, (re)definir as atribuições, deveres e responsabilidades específicas de cada cargo, definir especificações de cargos, adequar/atualizar/estabelecer uma estrutura salarial (condizente com a realidade econômica atual e com os outros Poderes) e oferecer remuneração que possa produzir nos servidores a motivação necessária para elevar sua produtividade.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição

3. Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

4. Justificativa

O projeto permitirá uma clara visualização das possibilidades de crescimento na carreira, bem como as vantagens desse crescimento profissional. Os servidores terão uma percepção maior dos critérios de promoção para atuação em áreas diversas promovendo o interesse pela progressão na carreira visto que as expectativas de reconhecimento de mérito dos empregados poderão ser expressas por este instrumento.

Propiciará também uma percepção mais clara de seus próprios cargos já que, no momento, o PJPR não possui uma descrição formal da sua grade de cargos.

O PJPR necessita de ferramentas para gerir seus recursos humanos, não se limitando apenas às demandas legais, mas para integrar suas atividades e promover o aumento da produtividade, priorizando a prestação de um serviço público de qualidade.

PROJETO 03: IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar programas de qualidade de vida e trabalho no PJPR para promover a melhoria das condições de trabalho e da prestação dos serviços públicos judiciários.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências

5 - Melhorar o clima organizacional

11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

3. Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

4. Justificativa

A crescente demanda por melhores condições de vida e trabalho requer a implantação de programas de qualidade que contribuam para o bem-estar das pessoas, para o aumento da produtividade no trabalho e para a redução dos índices de absenteísmo além de melhora considerável na motivação das equipes de trabalho.

PROJETO 04: GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - PGAS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Implementar a Gestão Ambiental no PJPR, por meio de procedimentos institucionais, com vistas à inserir “Atitudes que Fazem a Diferença”, submetidas ao conceito de sustentabilidade em todas as atividades realizadas, adotando ações economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Responsabilidade Social

OBJETIVOS:

5 - Melhorar o clima organizacional

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

3. Clientes do projeto

Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável;

Os membros do Tribunal de Justiça: Desembargadores, Juizes de Direito, Juizes de Direito Substitutos em 1.º e 2.º grau;

Todas as unidades administrativas e judiciárias do 1.º e 2.º graus de jurisdição;

Todos os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria, serventuários, funcionários da Justiça, estagiários e funcionários das empresas prestadoras de serviços na Instituição, bem como os colaboradores.

4. Justificativa

Tendo em vista a premente necessidade de se abordar os temas relacionados às questões ambientais em toda a sociedade, o Poder Judiciário pretende contribuir com a preservação do meio ambiente através da inserção dos valores sustentáveis em todas as atividades realizadas na instituição. Em sintonia com a preocupação mundial, cabe ao Poder Judiciário do Paraná, por meio desse programa, dar seus primeiros passos na otimização e redução do consumo dos recursos naturais. O objetivo é minimizar as agressões provocadas ao meio ambiente, adotando estratégias ecologicamente corretas e ações que possibilitem a mudança de comportamento e a internalização de atitudes para a melhoria da qualidade de vida.

PROJETO 05: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente, implementando-a no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Responsabilidade Social

OBJETIVOS:

- 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

3. Clientes do projeto

O Poder Judiciário, seus agentes, colaboradores, usuários e toda a sociedade.

4. Justificativa

O Poder Judiciário, como grande comprador e consumidor de recursos naturais e com grande poder multiplicador de suas ações pode induzir práticas de consumo consciente e despertar a preocupação individual e coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica, estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais, promovendo a inserção da variável ambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

PROJETO 06: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS, ESPECÍFICAS E SÓCIO-HISTÓRICAS

1. Escopo ou finalidade do projeto

Desenvolver competências essenciais ou instrumentais relacionadas ao domínio de conhecimentos e habilidades básicas e fundamentais para o exercício e bom desempenho profissional.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 8 - Aprimorar processos de trabalho

3. Clientes do projeto

Servidores da instituição em geral, indicados a partir das demandas levantadas junto às unidades administrativas, com destaque para atendimento ao Foro Judicial.

4. Justificativa

Imprescindível a modernização dos processos de trabalho, de modo a atender satisfatoriamente e com qualidade às demandas da sociedade.

Desenvolver conhecimentos e habilidades, com relevância para os aspectos comportamentais e atitudes proativas e éticas, demandam prioridade de investimentos, para dinamizar e adequar o sistema judiciário à nova realidade nacional.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Regulamentação do orçamento anual da ESEJE, a partir da criação de uma comissão mista, para estudar e garantir o aumento de investimentos.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários
- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

3. Clientes do projeto

Servidores da instituição em geral, indicados a partir das demandas levantadas junto às unidades administrativas, com destaque para atendimento ao Foro Judicial.

4. Justificativa

A formação continuada exige novos investimentos, especialmente para a implementação da modalidade de oferta em educação à distância (EAD), além da necessidade de viabilização do acesso aos cursos em todas as comarcas do Estado.

São demandas especializadas, tanto para a aquisição de equipamentos quanto para recursos educacionais e para a contratação da instrutoria.

Os recursos para estes investimentos devem estar reservados - com um mínimo estabelecido - e devem ser disponibilizados em tempo hábil para a realização dos cursos, prevendo-se valores suficientes, autonomia de aplicação e mais agilidade na tramitação burocrática de liberação do recurso e prestação de contas, sem prejuízos para a imagem institucional.

PROJETO 08: ASSESSORIA DE IMPRENSA PROATIVA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Tornar proativa a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná, para melhorar a imagem do PJ junto à opinião pública.

Antecipar-se aos veículos de comunicação, pautando-se com uma agenda positiva.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Atuação Institucional

OBJETIVOS: 5 - Melhorar o clima organizacional

12 - Estabelecer comunicação social integrada

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Magistrados e servidores do Poder Judiciário, veículos de comunicação e sociedade em geral.

4. Justificativa

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná funciona, hoje, de forma reativa, ou seja, é normalmente acionada para atender a demandas dos veículos de comunicação, como pedidos de informações e de entrevistas.

É possível equilibrar a relação com a imprensa a partir de uma atuação mais efetiva deste setor do TJ na prospecção de temas (pautas) de interesse público que possam despertar, eventualmente, interesse jornalístico.

O resultado do esforço para sensibilizar especialmente os jornalistas da área seria uma exposição maior de medidas tomadas para melhorar a prestação jurisdicional, o que diminui o impacto do noticiário negativo, geralmente focado na morosidade da Justiça.

PROJETO 09: CENTRAL DE MANDADOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Pretende-se a criação da Central de Mandados, instituída pelo artigo 267, do CODJ-PR, com 1ª, 2ª e 3ª fases de estudos, para sua implantação.

Este projeto será dividido em três (3) subprojetos, conforme se trate da 1ª, 2ª ou 3ª fase.

A 1ª fase será desenvolvida com a maior brevidade possível, num projeto-piloto, devido à urgência da regulamentação contida no Provimento 168 da Corregedoria-Geral da Justiça.

Na 2ª e 3ª fases, além das atribuições que lhe foram conferidas à Central na 1ª fase, a Central abrangerá os mandados do Foro Central e dos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. As fases contemplarão as seguintes atribuições:

As Varas que serão estatizadas, inicialmente, não participarão do sistema da Central de Mandados da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Atuação Institucional

OBJETIVOS: 5 - Melhorar o clima organizacional

12 - Estabelecer comunicação social integrada

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Juízes de Direito, Servidores, Corregedoria-Geral de Justiça, Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Advogados e partes, Comarcas de Entrância Final do Estado do Paraná.

4. Justificativa

A implantação de uma Central de Mandados para as Comarca do Paraná é necessária para se alcançar a celeridade e a efetividade da jurisdição. Trata-se também, de atender aos princípios insculpidos na Constituição Federal, que determinam que o Estado tem o dever de propiciar prestação jurisdicional célere e eficaz, conforme os artigos 5º, inciso LXXVIII, e 37, *caput*, da citada Carta Magna.

PROJETO 10: MONITORAMENTO DE VARAS

1. Escopo ou finalidade do projeto

Objetiva catalogar dados obtidos com o monitoramento das varas judiciais e de utilizá-los para estabelecer critérios mínimos de estrutura, eficiência e desempenho em todo o Estado, bem como para a instituição de parâmetros uniformes para análise de produtividade dos magistrados de primeiro grau de jurisdição e para o dimensionamento do prazo razoável de duração do processo.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional.

OBJETIVOS:

2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia

7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição

8 - Aprimorar processos de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Presidência do TJ, Foro Judicial no primeiro grau de jurisdição, Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento de Informática.

4. Justificativa

Alcançar os seguintes objetivos

a) Transparência na arrecadação das custas judiciais pelas serventias não-estatizadas e na aplicação destes recursos em benefício da atividade jurisdicional;

b) Criação de um banco de dados estatísticos que permite o controle de demanda e desempenho de todas as unidades judiciárias do Estado, com ampla melhora na análise dos fatores de Administração da Justiça (criação-extinção de varas, comarcas etc);

c) Desenvolve o sistema de cadastro processual, de tal forma a permitir à população o acesso mais didático às movimentações do processo, criando previsibilidade na impulsão dos autos. Por outro lado, o comparativo do tempo médio de duração do processo por fases permitirá o controle social do desempenho da vara e do juiz;

d) Cria marcadores de desempenho (matemáticos) das varas, de tal forma que permitirá a análise de comportamento administrativo. O magistrado, por sua vez, terá idéia do desempenho de seus subordinados, determinando as providências administrativas para correção de irregularidades. As varas com melhor desempenho poderão ser examinadas para a extensão de suas práticas às demais unidades;

e) Estabelece os critérios de produtividade dos magistrados em primeiro grau de jurisdição. Tais critérios levam em consideração a produção e a qualidade da atividade jurisdicional, bem como a capacidade de o magistrado reduzir o tempo de duração do processo. Neste último caso, a atividade conciliatória é extremamente beneficiada;

f) Estabelece os mecanismos para a harmonização do tempo de duração do processo em todo o Estado do Paraná, considerando as particularidades de cada unidade jurisdicional, tendo permitido a aceleração imediata dos processos inseridos no interlúdio traçado pela META 2;

g) Diminui o número de conclusões desnecessárias aos magistrados, otimizando o seu tempo de trabalho. Por outro lado, cria rotinas para a impulsão automática e padronizada de processos por matéria;

h) Estuda e desenvolve um sistema de "células de trabalho" a ser aplicada as varas judiciais. Tal sistema traçará uma proporção entre o número de processos que cada célula poderá absorver em determinado período de tempo. Aumentando-se a demanda de ações, poder-se-á aumentar o número de células, impedindo o congestionamento da atividade jurisdicional. Ademais, toda a estrutura necessária para o funcionamento das células será dimensionada;

PROJETO 11: PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS INTERNAS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Mapear, padronizar e automatizar as rotinas internas da Corregedoria-Geral da Justiça

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos Clientes do projeto

3. Clientes do Projeto

Magistrados e servidores do Poder Judiciário, no 1.º grau de jurisdição, Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento de Informática

4. Justificativa

Necessidade de padronização e automatização dos procedimentos administrativos internos da Corregedoria-Geral da Justiça.

PROJETO 12: SISTEMA UNIFORMIZADO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Padronizar a arrecadação para todo o Estado do Paraná, para recolhimento de custas e despesas processuais, baseado na utilização de metodologia de cobrança bancária.

O presente projeto não abrange o recolhimento das custas de 2.º grau; os valores devidos a título de FUNREJUS; os recolhimentos de custas e despesas do Superior Tribunal de Justiça; do Supremo Tribunal Federal; e de outras receitas federais recolhidas por meio de Documento de Arrecadação de Receita Federal - DARF ou Guia de Recolhimento da União - GRU.

Os recolhimentos de despesas de condução de Oficiais de Justiça ainda não fazem parte do projeto, mas em breve serão por ele absorvidos.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Orçamento

OBJETIVOS:

- 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários
- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário

3. Clientes do projeto

Advogados, usuários dos serviços forenses, servidores, população e as Unidades Administrativas (escrivânias)

4. Justificativa

Oferecer maior comodidade aos usuários e maior eficiência no controle pelo Tribunal de Justiça, possibilitando ao Poder Judiciário conhecer com precisão o montante da arrecadação financeira das escrivânias.

PROJETO 13: ESTATIZAÇÃO DAS VARAS JUDICIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Estatizar as serventias judiciais.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Advogados, usuários dos serviços forenses, serventuários, população

4. Justificativa

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 31 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, determinou fossem estatizadas todas as serventias do foro judicial.

PROJETO 14: EDIFICAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DO 2.º GRAU DO PODER JUDICIÁRIO

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Construção do Arquivo Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, em área de 6.096,16 m², adquirida com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral, Departamento de Engenharia e Arquitetura, Departamento do Patrimônio, Departamento Econômico e Financeiro, Secretaria e Subsecretaria, FUNREJUS, Assessoria do Planejamento da Presidência e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, todos os demais departamentos e órgãos da Secretaria do TJ, Advogados, usuários do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Organização, recolhimento, triagem, arquivamento e segurança de documentos, preservação da memória do TJPR, acessibilidade ao público para pesquisas, com função educativa e cultural, dando concreção ao disposto no artigo 216, par. 2.º da CF e Lei 8159/91.

PROJETO 15: SISTEMA PARA GERAÇÃO E CONTROLE DE CERTIDÕES JUDICIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Gerar e controlar a emissão de certidões mediante a utilização de sistema informatizado.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Advogados, usuários dos serviços forenses, servidores, população.

4. Justificativa

Atualmente, o Tribunal de Justiça, não possui ferramenta eficaz e adequada de controle das certidões emitidas nas Unidades Judiciárias Estatizadas. Também não há possibilidade de geração de certidões gratuitas via *web*, o que já é disponibilizado por outras esferas do Poder Judiciário e em outros Estados da Federação.

Destaque-se ainda que, a atual legislação estadual, desrespeita preceito constitucional inscrito no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, que assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Acredita-se que mediante a oferta de certidões pela *internet*, o Tribunal de Justiça reduzirá custos operacionais como pagamento de salários e insumos a servidores empregados na elaboração destas certidões e, na medida do possível, disponibilizará determinadas modalidades de certidões de forma gratuita, em observância ao comando constitucional acima citado. Igualmente o projeto avisa alinhar o Poder Judiciário aos princípios administrativos da eficiência e da economicidade.

PROJETO 16: GUIA DE RECOLHIMENTO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Ampliar o alcance do sistema uniformizado, utilizando-se de metodologia de cobrança bancária, mediante boleto pagável em qualquer banco, ou estabelecimento congênere, inclusive fora do horário de atendimento bancário. Promover a gestão da arrecadação de todas as custas referentes a atos praticados pelos atuais Oficiais de Justiça e pelos praticados por Técnicos Judiciários designados para essa finalidade (art. 8º, § 2.º, da Lei Estadual 16.023/2008), objetivando o ulterior repasse a quem de direito (servidores ou Fundo da Justiça, a depender do caso).

2. Alinhamento estratégico

TEMA:Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Oficiais de Justiça, o Poder Judiciário, na figura do Fundo da Justiça, Departamento de Informática, Advogados, usuários dos serviços forenses.

4. Justificativa

Dar maior comodidade aos usuários e maior eficiência no controle pelo Poder Judiciário, disponibilizando guia de recolhimento das custas dos oficiais de justiça, o que se faz no presente projeto.

Cumprir salientar que após o advento da Lei Estadual 16.023/2008, o cargo de Oficial de Justiça foi extinto, passando suas atribuições a serem desempenhadas por Técnicos Judiciários designados para essa finalidade (art. 8º, § 2.º). Desta forma, as despesas de condução, ou custas dos Oficiais de Justiça, nas Unidades Estatizadas, serão destinadas ao Fundo da Justiça, necessitando de ferramenta operacional adequada para a arrecadação de tais receitas. Por outro lado, os atuais ocupantes dos cargos de Oficial de Justiça continuarão sob a égide do regime jurídico antigo, com o direito adquirido à percepção das custas de locomoção para o cumprimento de atos de seu ofício, o que deve ser contemplado no presente projeto. Destaque-se que o atual sistema de arrecadação de custas referentes a atos praticados pelos oficiais de justiça, não atende aos padrões e normas bancárias da FEBRABAN e limita-se, tão somente, a permitir o mero depósito bancário no banco e agência no qual o Oficial de Justiça possuir conta. Ademais, a ferramenta atual não permite qualquer modalidade de controle financeiro sobre as custas aferidas pelos Oficiais de Justiça, com vistas a estimar percentuais de correspondência aos seus vencimentos.

PROJETO 17: IDENTIFICAÇÃO DA SATISFAÇÃO DAS PESSOAS COM A INSTITUIÇÃO

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Identificar o grau de satisfação dos servidores com as condições de trabalho e remuneração oferecidas pela instituição para o desempenho de suas funções e dos usuários em relação ao atendimento nas unidades administrativas.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 12 - Estabelecer comunicação social integrada

3. Clientes do projeto

Servidores e usuários do PJPR

4. Justificativa

Não há no PJPR um levantamento formal que possa identificar o grau de satisfação das pessoas com a instituição. Isso faz com que a maioria das medidas adotadas sejam baseadas na experiência dos gestores envolvidos. Com uma pesquisa formal de satisfação é possível a utilização desses dados como uma ferramenta para intensificar o investimento nas áreas mais prioritárias e que agreguem maior valor aos serviços prestados pelo PJPR.

PROJETO 18: AQUISIÇÃO DE SERVIDORES CORPORATIVOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Apresentação das especificações técnicas para aquisição de servidores corporativos que serão utilizados para a unificação de máquinas físicas, do *Datacenter*, bem como para obtermos a redundância necessária para os serviços críticos deste Tribunal de Justiça.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências

5 - Melhorar o clima organizacional

7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição

12 - Estabelecer comunicação social integrada

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Departamento de Informática e demais Unidades administrativas do Poder Judiciário que atuam no processo.

4. Justificativa

A aquisição se torna necessária em virtude de que com o grande volume de novos serviços, as máquinas hoje existentes em nosso *Datacenter* teriam que sofrer um *upgrade* para atender a demanda prevista.

Outro fator relevante trata da administração destas máquinas, hoje físicas, que é bem mais oneroso a este Tribunal.

PROJETO 19: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE 1.º GRAU.

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Consolidação das bases de dados judiciais para permitir o gerenciamento e eliminação da duplicidade de informações.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Corregedoria-Geral da Justiça, CNJ, Foro Judicial (1.º e 2.º graus), Advogados e usuários do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Proporcionar a otimização da tomada de decisão, fazer diagnóstico, fiscalizar, transparência ao Poder Judiciário, tendo em vista que, hoje, as bases de dados são descentralizadas, dificultando a consolidação de dados.

Um exemplo disso seria o caso do atendimento ao Provimento 159, que trata do sistema avançado de cadastramento processual.

PROJETO 20: AQUISIÇÃO DE STORAGE COM REPLICAÇÃO DE DADOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Promover a replicação de dados que serão utilizados para a unificação da massa de dados, deste Tribunal, bem como para obtermos a redundância necessária para garantir a disponibilidade contínua dos serviços.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Departamento de Informática e demais unidades administrativas do Poder Judiciário envolvidas no processo de aquisição.

4. Justificativa

A aquisição se torna necessária em virtude do grande volume de dados e a manutenção de alta disponibilidade. A replicação dos dados será feita para locais distintos, ou seja, em nosso *datacenter*, localizado no 4º andar do Palácio da Justiça e no Edifício Anexo localizado no piso -1 em nossa sala técnica. Assim estaremos trabalhando para gerar ainda mais confiabilidade e disponibilidade de toda a massa de dados do Poder Judiciário.

PROJETO 21: IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORIA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Criação de uma estrutura interna voltada para as ações de monitoria de serviços e equipamentos de tecnologia da informação. Esta ação requer a qualificação de pessoal e a utilização de ferramentas de monitoria, para que um grupo de atendentes possam detectar e solucionar, no menor tempo possível, os problemas relativos a serviços e aplicações disponibilizadas.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Com a implantação da central, será possível uma ação preventiva e mais efetiva em relação ao parque de equipamentos e serviços disponibilizados, permitindo uma maior disponibilidade para as atividades relacionadas à prestação jurisdicional.

PROJETO 22: CRIAÇÃO DE *DATACENTER BACKUP*

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Dotar a estrutura do PJPR de solução alternativa consolidada e equivalente ao *datacenter* principal, permitindo a alta disponibilidade dos sistemas de suporte à prestação jurisdicional.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Com a criação de um ambiente de *backup* será possível aumentar o nível de segurança e a disponibilidade dos serviços relacionados à prestação jurisdicional.

PROJETO 23: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE PROTOCOLO DIGITAL COM ESPECIALIZAÇÃO POR SETOR

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Integração das informações administrativas, que hoje se encontram descentralizadas, impedindo a sua consolidação.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo aos clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários.

4. Justificativa

Acompanhamento das informações geradas nas diversas solicitações oriundas de todos os setores internos do PJ.

PROJETO 24: PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DAS REQUISIÇÕES DE COMPRAS E/OU SERVIÇOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Propor um procedimento operacional padrão para o processamento dos pedidos de compra/contratação de serviços, em especial na execução de sua fase interna, visando a redução do custo da operacionalização desses processos, assim como para evitar a frustração de sua concretização, em face da falta de indicações claras e objetivas (especificações) do objeto a ser contratado.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Todo o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

4. Justificativa

A necessidade atual de contenção de gastos, na Administração Pública acarretou a realização de um exame mais apurado das diversas fases do processo licitatório, em todas modalidades, observando-se que existe sim, uma possibilidade de otimização, facilitação e modernização do sistema até então adotado.

Pretende-se o alcance de um sistema padronizado e único para solicitação da compra/contratação de serviços.

PROJETO 25: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ESSENCIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Desenvolvimento de sistemas relacionados a prestação jurisdicional e que ainda não foram disponibilizados, envolvendo as serventias cíveis, execução fiscal, fazenda pública, infância e juventude.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná e seus usuários.

4. Justificativa

Em função de novas atribuições inerentes aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná será necessário desenvolver novas aplicações que dêem suporte a essa demanda.

PROJETO 26: ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Ampliar a estrutura própria de pessoal do Departamento de Informática, a fim de torná-la compatível com a demanda de trabalho.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências

5 - Melhorar o clima organizacional

6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná, órgãos externos que possuem interface direta com o Poder e a sociedade em geral

4. Justificativa

A estrutura atual do Departamento de Informática não permite dar a resposta adequada ao volume de trabalho.

Em função de novas atribuições inerentes aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná será necessário implantar nova estrutura que dê suporte a essa demanda.

PROJETO 27: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS ESSENCIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Implementação de sistemas relacionados a prestação jurisdicional e que ainda não foram disponibilizados, envolvendo as serventias cíveis, execução fiscal, fazenda pública, infância e juventude.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná e seus usuários.

4. Justificativa

Em função de novas atribuições inerentes aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná será necessário implementar novas aplicações que dêem suporte a essa demanda.

PROJETO 28: CERTIFICAÇÃO DIGITAL

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Viabilizar a utilização da certificação digital em processos virtuais administrativos e judiciais.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná e seus usuários.

4. Justificativa

Atendimento a Resolução n.º 09/2008 do Órgão Especial e a Lei 11419/2006, além das metas 7,8 e 10 do CNJ.

Anexo 4. Matriz de Priorização de Projetos

PROJETOS	SOMATÓRIO	Estratégias de Priorização														
		1. Promover a gestão dos recursos orçamentários	2. Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia	3. Desenvolver planejamento de gestão de pessoas, com foco em competências	4. Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas	5. Melhorar o clima organizacional	6. Desenvolver sistemas de informação efetivos	7. Intensificar os investimentos no 1º grau de jurisdição	8. Aprimorar processos de trabalho	9. Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho	10. Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias	11. Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário	12. Estabelecer comunicação social integrada	13. Desenvolver cultura de responsabilidade social e ambiental	14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	15. Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade
Desenvolvimento de Sistemas essenciais	13						3	2	2	1		1	1	3		
Plano de Carreiras, Cargos e Salários	12		3	2	3		2				2					
Certificação digital	12					1		2	2	2		1	1	3		
Sistema uniformizado de custas e despesas processuais	12	2	3			1	3	1	1	1						
Monitoramento de Varas	11		1					2	3		2			3		
Implantação de Sistemas essenciais	11					3		2	2	1			1	2		
Estatização das Varas Judiciais	10		3					2			2			3		
Edificação do Arquivo Geral de 2o. Grau do Poder Judiciário	10							1	2	3				2	2	
Sistema para geração e controle de certidões judiciais	10							3	3	2				2		
Desenvolvimento de sistema para consolidação das informações de 1o. Grau	10					3		2	2					3		
Criação de <i>Datacenter Backup</i>	10							2	2	3				3		
Desenvolvimento de Sistema de Protocolo Digital com especialização por setor	10					3		2	3				1	1		
Estudo para adequação da estrutura do Departamento de Informática	10					3		2	3				1	1		
Implantação da Central de Mandados	9		1		1	3			2	3						

PROJETOS	SOMATÓRIO	1. Promover a gestão dos recursos orçamentários 2. Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia 3. Desenvolver planejamento de gestão de pessoas, com foco em competências 4. Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas 5. Melhorar o clima organizacional 6. Desenvolver sistemas de informação efetivos 7. Intensificar os investimentos no 1º. grau de jurisdição 8. Aprimorar processos de trabalho 9. Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho 10. Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciais 11. Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário 12. Estabelecer comunicação social integrada 13. Desenvolver cultura de responsabilidade social e ambiental 14. Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos 15. Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Guia de recolhimento dos Oficiais de Justiça	9		1						3	2	2				1	
Aquisição de servidores corporativos	9						1			2	3	1			2	
Aquisição de STORAGE com replicação de dados	9						1			2	3	1			2	
Implantação da Gestão por Competências	8			3	2				1			1			1	
Desenvolvimento de competências essenciais, específicas e sócio-históricas	8			2	3	2			1							
Implantação de Central de Monitoria	8								1	2	3				2	
Padronização dos procedimentos das requisições de compras e/ou serviços	8								3		2				3	
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	7	1			2							1	3			
Regulamentação orçamentária da ESEJE	7	3	2	1	1											
Assessoria de imprensa proativa	7					1							3	1		2
Padronização de rotinas internas da Corregedoria Geral de Justiça	7								3	2					2	
Identificação da satisfação das pessoas com a instituição	7			1		3		1					2			
Implantação de programas de qualidade de vida e trabalho	6			1		3						1		1		
Gestão ambiental sustentável	6					1			1	1				3		